

Relatório Avaliação Externa da ACESA - Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura



Projeto Agricultura Familiar Agroecológica:
cultivando sonhos, dando eco a vida.
Médio Mearim do Maranhão, Brasil
n° 233-134-1010 ZG

Consultor Responsável:
Avanildo Duque da Silva

Bacabal – Maranhão
Março de 2021

Sumário

Lista de abreviatura usadas	3
Lista de figuras e tabelas	4
1. Resumo	5
2. Descrição do projeto avaliado, do seu contexto, do motivo e objetivos da avaliação	8
2.1 <i>Contexto do projeto</i>	9
2.1 <i>Objetivos da avaliação</i>	12
3. Metodologia	14
3.1 <i>Preparação preliminar da avaliação</i>	15
3.2 <i>Seminário inicial da avaliação</i>	15
3.3 <i>Apreciação da documentação dos projetos avaliados</i>	15
3.4 <i>Visita de campo e aplicação dos instrumentos da avaliação</i>	15
3.5 <i>Sistematização dos resultados e elaboração do relatório preliminar</i>	17
3.6 <i>Seminário de apresentação preliminar da avaliação</i>	17
3.7 <i>Finalização e aprovação do relatório da avaliação</i>	17
4. Apresentação dos resultados da coleta e análise dos dados	18
4.1 <i>Critério 1: Relevância do projeto.</i>	18
4.2 <i>Critério 2: Eficiência do projeto.</i>	22
4.3 <i>Critério 3: Relevância do projeto.</i>	28
4.4 <i>Critério 4: Efeitos diretos e indiretos do projeto.</i>	31
4.1 <i>Critério 5: Sustentabilidade do projeto.</i>	41
5. Conclusões gerais e recomendações	44
5.1 <i>Principais conclusões</i>	44
5.2 <i>Recomendações</i>	46
Anexos	50

Lista das abreviaturas usadas

ABDH	Abordagem Baseada em Direitos Humanos.
ACESA	Associação Comunitária de Educação em Saúde
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
Caatinga	Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas
CAE	Conselhos da Alimentação Escolar
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMC	Centro das Mulheres do Cabo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFA	Escola Familiar Agrícola
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAU	Fundo de Apoio Urgente
FETAEMA	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão
GT	Grupo de Trabalho
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
JnT	Justiça nos Trilhos
LEdoC	Licenciatura em Educação do Campo
MA	Maranhão
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEP	Planejamento Estratégico Participativo
PMA	Planejamento, Monitoramento e Avaliação
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPP-ECOS	Programa Paisagens Produtivas Ecosociais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PGPM-Bio	Programa de Garantia do Preço Mínimo – Produtos da Biodiversidade
RAMA	Rede de Agroecologia do Maranhão
SAF	Secretaria de Estado da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SOBER	Sociedade Brasileira de Economia Rural
STTR	Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais
UAEFAMA	União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

Lista de Figuras e Tabelas

Tabela 1	Casos e óbitos por Covid-19 na área de atuação da ACESA (21.01.2021)
Figura 1	Categorias dos/as participantes que responderam ao questionário
Figura 2	Quantidade de pessoas nas famílias que responderam ao questionário
Figura 3	Tamanho das propriedades para os/as entrevistados/as que possuem terra.
Figura 4	Agricultora e educadora do Clubinho da Árvore Maria de Fátima. <i>Print</i> de vídeo produzido para a avaliação
Figura 5	Categorias de sujeitos por sexo, geração e condição de acompanhamento
Figura 6	Cor/Raça dos sujeitos participantes da avaliação
Quadro 1	Projeto Agricultura Familiar de base agroecológica: Construindo Igualdade. Alcance das metas
Figura 8	Agricultora Cleonice. <i>Print</i> do vídeo entrevista.
Figura 9	Instalações para criação animal. EFA`s Vitorino Freire e Pio XII
Figura 10	Reinaldo Soares em sua propriedade diversificada
Figura 11	Severina dos Santos, em sua unidade familiar de beneficiamento

1. Resumo

Esse relatório é resultado da avaliação externa do Projeto **Agricultura Familiar: Construindo Igualdade** (nº 233-134-1010 ZG), implementado, a partir da parceria entre a ACESA - Associação Comunitária de Educação em Saúde e a Misereor, entre maio de 2015 e maio de 2018. Ele foi formatado para atender diretamente 800 pessoas, sendo 40 famílias associadas, em 31 comunidades rurais e 5 Escolas Família Agrícola (EFA's), de 10 municípios do Médio Mearim, Maranhão, Brasil, sendo que nessas comunidades vivem aproximadamente 1000 famílias que são indiretamente beneficiadas pela ACESA.

O projeto avaliado tem como meta, o alcance de um leque de mudanças, expressas em **4 objetivos**: 1) diminuir as desigualdades nas relações de gênero e geração; 2) contribuir para o acesso das famílias aos programas de políticas públicas de estruturação e comercialização da produção agroecológica; 3) aumentar a produção agroecológica das famílias para o autoconsumo e comercialização; e 4) fortalecer a participação sociopolítica das famílias nos espaços de governança institucional.

Essa avaliação foi orientada por um Termo de Referências acordado entre a ACESA, Misereor e consultor externo contratado, tendo como **objetivo geral** realizar a *avaliação participativa da parceria estabelecida entre a ACESA e a Misereor, especialmente a partir dos acordos firmados nos últimos projetos trienais (2018-2021), no sentido de identificar os principais resultados efetivos e os aprendizados gerados, considerando o contexto no qual foram implementados e na perspectiva que eles sejam úteis para o aprimoramento das ações de cooperação para o desenvolvimento*. Os objetivos específicos estão detalhados no item 2.2 desse documento.

Para a realização dessa avaliação foram adotadas as orientações estabelecidas pela Misereor e todo processo de preparação, coleta de dados, análise dos resultados e construção das conclusões e recomendação se constituiu num potente processo que mobilizou a participação de 93 (noventa e três) pessoas, sendo 58 agricultoras/es (jovens e mulheres das comunidades, associados/as, diretoria e conselho fiscal); 6 educadores/as das EFA's; 12 representantes de organizações parceiras; 12 estudantes estagiários; e 5 membros da Equipe Técnica da ACESA (ver Anexo 4). As etapas e atividades realizadas nesse processo avaliativo estão descritos, de forma detalhada, no capítulo 3 desse documento, que trata da metodologia da avaliação. O planejamento da ACESA para a realização dessa avaliação externa foi impactado pela pandemia da Covid-19, resultando no atraso do início e no final desse processo.

Como principais **resultados e conclusões** da avaliação, tem-se:

1. Que a ACESA é **muito criteriosa na escolha dos sujeitos e comunidades que são beneficiárias de sua intervenção** e realmente são aqueles que estão numa situação que necessitam serem contemplados com as ações dos projetos. E que as **abordagens adotadas** na execução dos projetos **foram adequadas** para contribuir para a melhoria das condições de vida desses grupos priorizados. Assim é a acertada a **prioridade dada às juventudes e das mulheres, crianças, adolescentes e EFA's**.
2. As mulheres estão gradativamente ampliando seus direitos e seu horizontes, inclusive **no enfrentamento à violência**, que se constitui num grande desafio no mundo rural. Constata-se **uma crescente mobilização e investimento nas juventudes** que se expressa no crescente entendimento que os/as jovens precisam passar por processos de formação, para que assim reconheçam e reivindiquem seus direitos nos aspectos sociais, políticos e econômicos. Que **as crianças e adolescentes estão mais empoderadas e valorizando o trabalho de educação ambiental**, atuando como agentes de mudanças, inclusive perante as pessoas adultas das suas famílias.

3. Que há um insuficiente trabalho com as **comunidades quilombolas**, que apesar de ter um número significativo no território de sua atuação, o que limita também o trabalho de promoção da **igualdade racial**.
4. Que as pessoas beneficiadas pela ACESA **estão se alimentando melhor**, a partir um **maior e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis** nas propriedades e nas comunidades. Que isso também se revela em **saúde melhorada**, a partir do **consumo de alimentos naturais e saudáveis; diminuição do uso de veneno na plantação** e o aumento do **uso de remédios de plantas medicinais**.
5. As **melhorias no campo econômico** estão se consolidando, pois **92% das famílias afirmaram aumento e melhoria na sua renda**, gerando **benefícios** para as famílias e avançando no empoderamento econômico das mulheres.
6. Que a ACESA **tem resultados robustos no ponto de vista da sustentabilidade ambiental**, tornando uma organização de referência no campo da agroecologia, dentre os destaques que ilustram essa eficácia, pode-se citar a **retomada da implantação dos Sistemas Agroflorestais**. E com a melhoria nas condições de vida dos/as associados/as, a organização fica mais sustentável financeiramente, pois as famílias poderão tocar sua vida com mais autonomia, participar mais com doações de produtos e trabalhos nas ações da ACESA. **A maioria das famílias atualmente trabalhadas pela ACESA não irão retroceder a uma condição anterior**.
7. Que a ACESA tem sido imprescindível para ação em rede, via a RAMA e a ANA Amazônia. **Pode-se avaliar que sem a participação da ACESA, a RAMA dificilmente estaria no nível de reconhecimento público que já alcançou**, tanto no nível do Médio Mearim, como no âmbito estadual. Inclusive, isto rebate nas conquistas em termos de políticas públicas pois **quase 70% das pessoas perceberam melhoria das políticas públicas** a partir da ação da ACESA,
8. **Há um crescente aprimoramento no processo de planejamento estratégico da ACESA**, que é elaborado de forma participativa, bem como identifica-se um esforço significativo para elaboração e aprovação de novos projetos a partir desse planejamento, que vem rebatendo no aumento da sustentabilidade institucional. Porém, a ACESA não dispõe de um sistema de monitoramento e avaliação e que o **projeto ainda não dispôs de indicadores para medir a gestão administrativa**, nem de meios de verificação adequados, nem atividades específicas para monitoramento.
9. Durante os dois últimos projetos apoiados pela Misereor, houve mudanças expressivas na governança da ACESA, **buscando sistematicamente aprimorar e ampliar suas condições técnicas, materiais e financeiras** para poder continuar beneficiando sua base, e assim fortalecer sua capacidade em gerar efeitos duradouros para as famílias, para as organizações de base, suas parceiras e para a sociedade como um todo.
10. Que a ACESA vem **dando conta de enfrentar a situação problema descrita** no projeto avaliado, mas que o investimento realizado **ainda é insuficiente e desafiador**, quando se constata a situação de empobrecimento recente da população brasileira e o retorno do país ao Mapa da Fome, com aumento da insegurança alimentar e nutricional, condição que foi muito **agravada com a pandemia da Covid-19**.

Apesar dos resultados realizados e das mudanças alcançadas, a intervenção da ACESA pode ser aprimorada. Para isto são apresentadas as seguintes principais recomendações:

- a) Que a ACESA avance na estratégia de fortalecimento das organizações e sujeitos que estão na base e nas instâncias de gestão da instituição, aprofundando o debate sobre o perfil identitário para crescer e alçar voos mais amplos e **tornar-se uma organização mais de assessoria**, gerando condições para que essas organizações possam assumir cada vez mais o papel que a ACESA atualmente desempenha, nas comunidades, com as mulheres e com os/as jovens.

- b) Que a partir dos projetos da Misereor e outras oportunidades, a ACESA resgate seu papel de referência em Sistemas Agroflorestais (SAF's), sistema agroecológico tão importante para o enfrentamento dos impactos ambientais negativos causados pelo desmatamento ocasionados pelas diversas frentes do agronegócio. Que a ACESA possa ampliar sua ação no âmbito da cadeia do babaçu, com fortalecimento dos grupos de mulheres, com investimentos para o beneficiamento e comercialização da produção.
- c) Que a ACESA fortaleça o Circuito de Feiras Agroecológicas, expandido essa ação para um número maior de municípios, estabelecendo parceiras com organizações que possam assumir efetivamente essa liderança, como os sindicatos, associações e que se pense estruturas de gestão específicas para essa finalidade.
- d) Que a ACESA amplie o fomento de metodologias para promoção dos direitos das mulheres, em relação ao enfrentamento das violências, bem como para efetivação da divisão justa do trabalho doméstico, inclusive no tocante ao envolvimento e participação dos homens. Recomenda-se investir na rede de solidariedade e nos já pensados protocolos de cuidados acerca do enfrentamento da violência contra as mulheres, de forma articulada com enfrentamento ao racismo.
- e) Que a ACESA, caso queira aprofundar a dimensão racial, necessita ampliar o número de comunidades quilombolas atendidas, bem como construir estratégia para trabalhar a dimensão racial a partir dessas comunidades e para população negra que estão nas demais comunidades.
- f) Que a ACESA fortaleça e diversifique a participação e envolvimento das juventudes nos processos de gestão institucional, potencializando a experiência de sua inserção nos projetos para as chamadas públicas do PNAE. .
- g) Que ACESA avalie o potencial de ampliar o trabalho com grupos do entorno das cidades e assim fortalecer parcerias com as organizações que atuam pela reforma agrária
- h) Que a Misereor apoie a ACESA a elaborar um estudo de impacto sobre a atuação das organizações da RAMA no Mearim, no sentido de desenvolver estratégias de visibilidade do trabalho realizado. Que a Misereor viabilize a sistematização e divulgação ampla da abordagem desenvolvida pela ACESA na implementação dos projetos apoiados e que sistematização de experiências fortaleça a parceria com as Universidades.
- i) Que a ACESA aprimore o seu sistema de monitoramento a avaliação, a partir da construção de uma linha de base, a partir do PEP, definindo instrumentos e atividades que deem conta dessa perspectiva, com elaboração de indicadores para medir o empoderamento econômico e a gestão administrativa e financeira.
- j) Que a ACESA amplie os canais de comunicação institucional, como programas de rádio, que poderá ser um canal para mobilização recursos para atender as famílias mais necessitada e que os materiais produzidos para incidência, comunicação e publicidade se alie aos ODS e outras estratégias estabelecidas na Agenda 2030, tanto para valorizar as campanhas em curso, bem como facilitar o estreitamento de parcerias.
- k) Que a ACESA aprofunde o seu papel na disputa de narrativas no âmbito do Território do Mearim, onde há a predominância da pecuária, que é pasto e boi. A ACESA pode potencializar as campanhas e outras estratégias de visibilidade para a defesa do paradigma agroecológico, valorizando as estratégias de concretização do conceito da transição agroecológica, que se concretiza a partir da prática.
- l) Que o diálogo de continuidade da parceria seja aprofundado e que a Misereor fortaleça a capacidade de mobilização de recursos da ACESA, com aportes específicos para essa finalidade, permitindo assim que a ACESA elabore política ou diretrizes para a mobilização de recursos de forma articulada com a política de comunicação para fortalecer o crescente movimento de visibilidade. O aporte da mobilização de recursos possibilitará investir numa melhor e maior estruturação da equipe,
- m) Que realize um debate interno para elaborar uma política de proteção para as crianças e adolescentes, e assim cumprir esse requisito obrigatório para estabelecimento de novas parcerias.

Os comentários e encaminhamentos elaborados pela ACESA acerca dessas recomendações estão no Anexo 7 (Plano para Implementação das Recomendações)

2. Descrição do projeto avaliado, do seu contexto, do motivo e objetivos da avaliação

A Misereor apoia a ACESA - Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura desde a sua fundação, em 1986, quando ela ainda era denominada “Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura” e era coordenada pela Vice Província Franciscana. Na memória institucional da organização, não há registro anterior de realização de uma avaliação externa, nos moldes e referências desta que foi sugerida pela Misereor, em dezembro de 2017, sendo delimitada para cobrir o período do atual projeto em curso e o projeto anterior a este, contemplando um período de quase 6 (seis) anos, seguindo a atual orientação da Misereor, de realizar uma avaliação externa após a implementação de dois projetos consecutivos.

O atual projeto desenvolvido é denominado **Agricultura Familiar Agroecológica: Cultivando Sonhos, dando Eco a Vida**, que vem sendo implementado pela ACESA desde maio de 2018 e será finalizado em abril de 2021. Ele abrange 24 comunidades, 5 Escolas Família Agrícola (EFA’s) e 3 Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR’s) em 10 municípios, no Médio Mearim, no Maranhão. O projeto é continuidade do projeto **Agricultura Familiar: Construindo Igualdade**, implementado entre maio de 2015 e maio de 2018. Ele foi formatado para atender diretamente 800 pessoas, em torno de 40 famílias associadas, sendo que nessas comunidades vivem aproximadamente 1000 famílias que são indiretamente beneficiadas com o trabalho da ACESA. Também esse processo serviu para apreciar outras ações e iniciativas realizadas pela instituição, como o projeto “SEMEAR – Agricultura, Educação e Sustentabilidade na Diocese de Bacabal Maranhão”, apoiado pela Kindermissionswerk, Die Sternsinger – Obra da Infância Missionária¹.

O projeto avaliado tem como meta, o alcance de um leque de mudanças, expressas em 4 objetivos: 1) diminuir as desigualdades nas relações de gênero e geração; 2) contribuir para o acesso das famílias aos programas de políticas públicas de estruturação e comercialização da produção agroecológica; 3) aumentar a produção agroecológica das famílias para o autoconsumo e comercialização; e 4) fortalecer a participação sociopolítica das famílias nos espaços de governança institucional.

O planejamento da ACESA para a realização dessa avaliação externa foi impactado pela pandemia da Covid-19, que vem contaminando e causando mortes a um contingente populacional expressivo no Brasil, no Maranhão e na área de atuação da ACESA, resultando no atraso do início desse processo e demandando que o Termo de Referência considerasse esse contexto. O **escopo avaliativo** foi estruturado de acordo com as orientações estabelecidas pela Misereor, a partir de dois documentos: “A avaliação na cooperação para o desenvolvimento da Misereor e suas organizações parceiras”, de 2010; “Informações para organizações parceiras da Misereor sobre a realização de avaliações externas encarregadas localmente”, de 2018. Outra referência utilizada foi o relatório da Oficina de Preparação do Termo de Referência, realizada em setembro de 2020.

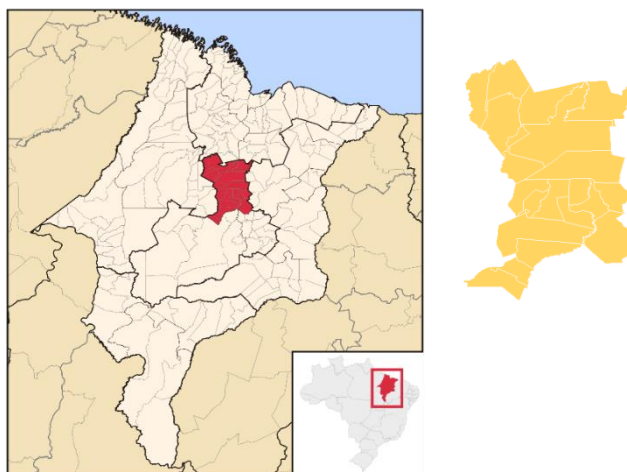
2.1 Contexto do Projeto

O projeto e todas as ações da ACESA são desenvolvidas no Médio Mearim Maranhense, região de transição entre os biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga e onde se encontra a Região dos Cocais, com paisagem onde predomina as palmeiras de coco babaçu. Os

¹ O objetivo principal desse projeto é a melhoria da qualidade de vida das crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em suas comunidades, através da produção e comercialização agroecológica, ampliando sua participação na vida social, cultural e ambiental, bem como da garantia de seus direitos em suas comunidades.

municípios de atuação da ACESA estão no raio da Diocese de Bacabal (MA) e fazem parte da Amazônia Legal² Maranhense (Figura 1).

Figura 1 - Situação Geográfica do Médio Mearim, Maranhão, Brasil.



A maior parte da população beneficiada pelo projeto estão em comunidades rurais, com um relevante histórico de lutas contra a expropriação de seus principais meios de sobrevivência, que são a terra e o acesso aos territórios florestais, lutas essas que se confundem com a história da ACESA, que foi criada para apoiar essas populações, resultando na conquista de assentamentos de reforma agrária, reconhecimento dos territórios tradicionais quilombolas, indígenas e agroextrativistas.

Essas comunidades sempre viveram em territórios de grandes desigualdades sociais; com grandes concentrações de populações em situação de pobreza e de pobreza extrema; e com altos índices de violências contra às populações do campo e das florestas, onde as mulheres são as mais impactadas negativamente, pois são vítimas das desigualdades sociais e culturais, bem como da violência reproduzida pelo patriarcado.

A cobertura vegetal que atualmente domina o Médio Mearim é de vegetação secundária associada às pastagens. O clima é tropical semiúmido com temperaturas mensais médias elevadas, de 24° a 29° C, mínimas de 18° C e máximas de 36°, e duas estações bem delimitadas: uma seca, cuja duração é de seis meses (julho a dezembro), e a outra chuvosa, com variação pluviométrica anual de 1.200 a 1.600 milímetros de chuva.

O Médio Mearim atualmente se apresenta como reflexo de um intenso processo de degradação das florestas originais a partir de atividades exploratórias não sustentáveis para diferentes finalidades, desde o cultivo agrícola em sistema de corte-e-queima até a formação de pastagens para criação extensiva de animais.

A partir dos anos 1980, os processos de reforma agrária começaram a estabelecer assentamentos rurais no território. No entanto, eles receberam insuficientes investimentos em termos de políticas públicas para seu pleno desenvolvimento. Ainda hoje falta infraestrutura, assessoria técnica e acesso a crédito para aproveitar melhor suas terras e por isso, alguns municípios dessa região se encontram entre os mais pobres do Brasil.

² O conceito de **Amazônia Legal** foi instituído pelo governo brasileiro por meio da Lei 1.806/1953. Na presente, os limites da Amazônia compreendem uma área de 5.217.423 km², que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileira, contém cerca de 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal Mato grossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do Estado do Maranhão (porção a oeste do Meridiano 44°).

As **desigualdades sociais são extremas**, onde a pobreza e a miséria ainda assolam grande parte da população, pois com frequência o Maranhão encabeça a lista dos Estados com os piores indicadores sociais do país. Dos 217 municípios do estado do Maranhão, nenhum deles apresenta IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) muito alto (igual ou superior a 0,800); 4 apresentam IDH alto (entre 0,700 e 0,799); 55 médio (entre 0,600 e 0,699), 154 baixo (entre 0,500 e 0,599) e 4 apresentam IDH muito baixo (inferior a 0,500). O IDH do Maranhão é de 0,639 (considerado médio) e é o segundo mais baixo do Brasil.

O percentual da população maranhenses na extrema pobreza subiu 17,75% entre 2016 e 2018, segundo estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Brasil, no mesmo período, a alta foi menor: de 13,45%. O Estado lidera o ranking de miséria do IBGE com praticamente 20% da sua população vivendo com menos de R\$ 145 por mês. No Brasil, a fatia da população com esse perfil é de 6,5%.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2019, o campo brasileiro experimentou um **significativo aumento de conflitos**, motivado, em boa parte, pelo incendiário e violento discurso do Governo Federal em favor dos grandes proprietários rurais e grileiros, do agronegócio, das atividades garimpeira e madeireira ilegais e contra os movimentos sociais, considerados e tratados, em particular pelo presidente Bolsonaro, como organizações delinquentes. Segundo dados do relatório da CPT, em 2019, o Maranhão liderava o número de casos, com 173 conflitos, com 15.342 famílias envolvidas .

Historicamente, **a oferta da educação** tem sido de forma díspares, principalmente quando se refere àquela destinada para a população camponesa. Tal educação quando se tem disponibilizado o acesso, não procura uma educação integral, mas reproduzir e tornar permanente a ideologia dominante que é a formação do ser humano para o trabalho.

Boa parte dos problemas enfrentados na Amazônia é decorrente da implementação de propostas de **desenvolvimento exóticos** à realidade ambiental e social das populações que desenvolveram modos de vida adaptados a essa realidade. Essas propostas foram implantadas a partir dos anos 60, quando se iniciam o ciclos de conflitos agrários. Apesar da violência que representou esses conflitos para a reprodução social dessas populações, a partir dos enfrentamentos realizados, essas comunidades se constituíram enquanto territórios identitários, com valorização dos saberes tradicionais e populares enquanto estratégia de sobrevivência e de proteção das florestas.

As **mulheres** dessa região são duramente impactadas pela desigualdade que mistura o avanço do capital com uma visão patriarcal de sociedade em que o seu trabalho, mesmo que já tenha avançado na visibilidade, ainda não é valorizado. Pesquisa recente realizada pela ACESA e mais 5 organizações da Rede de Agroecologia do Maranhão (RAMA) confirma que a mulheres rurais maranhenses têm sofrido historicamente com as desigualdades sociais que permeiam o campo e que a **violência** é, talvez, a manifestação mais extrema dessa desigualdade. A pesquisa aponta que apesar dos muitos avanços nas mobilizações das quebradeiras de coco babaçu, produtoras rurais, quilombolas, indígenas, representantes de movimentos sociais e feministas, que têm se colocado como força política, ainda não se têm conseguido barrar a violência a que mulheres estão submetidas.

O estudo também aponta que a dependência financeira e psicológica é apontada como a principal causa que as expõe a um risco crescente de violências. A restrição de recursos contribui para privação de liberdade e dignidade, ao mesmo tempo em que as obriga a uma relação afetivo-conjugal marcada pelo sofrimento causado pelos seus parceiros mais íntimos e que uma “nova” categoria de violência, a territorial, na qual fazendeiros e empresas buscam se apropriar de recursos de uso comum, como terra/território, florestas e campos

naturais, caracterizando assim uma ofensiva para invisibilizar a luta das mulheres e de tornar inviável o modo de vida de suas famílias.

Esse quadro vem se agravando desde 2015, pois o país vem enfrentando uma grave crise política, social, econômica e ambiental que tem rebatimento negativo nas políticas ambientais e sociais. Essa crise se intensifica com disseminação do novo coronavírus por todo o mundo, causando a **pandemia da Covid-19**, decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020 e o Brasil tem sido um dos países mais afetados.

Segundo dados do Ministério da Saúde, no dia 21 de janeiro de 2021, o Brasil apresentava **8.697.368 casos confirmados**, totalizando **214.147 óbitos acumulados**. Só no Maranhão, nessa mesma data, foram registrados **204.767 casos confirmados** e um total de mortes causadas pela Covid-19. Com relação aos municípios de atuação da ACESA, nessa mesma data, tem-se **11.057 casos confirmados**, com a **morte de 219 pessoas** (Tabela 1).

Tabela 1
Casos e óbitos na área de atuação da ACESA (21.01.2021)

Município	Confirmados	Óbitos	Letalidade
Alto Alegre Do Maranhão	396	18	4,55%
Bacabal	3.704	74	2,00%
Cantanhede	382	4	1,05%
Lago Da Pedra	1.349	52	3,85%
Lago Do Junco	247	3	1,21%
Lago Verde	517	7	1,35%
Pio Xii	949	6	0,63%
Poção De Pedras	1.125	6	0,53%
São Luís Gonzaga Do Maranhão	689	10	1,45%
Vitorino Freire	1.699	39	2,30%
Total	11057	219	1,98%

Fonte: Portal da Saúde, Governo do Maranhão, 2021.

Com a pandemia da Covid-19, a ACESA suspendeu o trabalho presencial de assessoria, acompanhamento técnico e social junto às suas famílias, afetando diretamente alguns ciclos importantes para as famílias. Nas comunidades, as famílias perderam boa parte da produção, em decorrência do isolamento social, porque muitas das atividades produtivas são feitas em regime de mutirão, como o plantio e colheita do arroz, feijão, mandioca, milho.

Esse contexto tem sufocado a agricultura familiar e camponesa em todo Brasil, especialmente com a diminuição significativa de recursos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isto se agrava quando se restringe a comercialização da produção para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, afetando diretamente a renda das famílias. E quando as famílias não comercializam seus produtos, sobretudo aquilo que excede, isso coloca em risco o próximo ciclo de plantio, deixando as famílias em situação de vulnerabilidade, com a fome voltando a assolar as comunidades, acentuado ainda mais a pobreza, pois além das dificuldades no campo produtivo, algumas famílias tem perdido benefícios sociais, como é o caso do Programa Bolsa Família, que desde o governo Lula, vinham subsidiando melhores condições de vida para essas famílias. Isso se agrava com a situação econômica, quando se tem um sistemático aumento da inflação nos itens da cesta básica (alimentos e higiene), que tem tido aumento exorbitantes de preços.

A pandemia também expôs a **fragilidade do sistema de saúde** no campo, com o aumento de contágios, partir da vulnerabilidade em que se encontram as famílias, que também foram afetados negativamente pelas **precárias condições de acesso à internet**.

Toda essa situação tem sido aproveitada pelos fazendeiros, empresários do agronegócio, garimpeiros, madeireiros e grileiros, que intensificaram o processo de **desmatamento e queimadas** das florestas da Amazônia. A taxa de desmatamento divulgada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) foi mais de três vezes superior à meta apresentada pelo Brasil à Convenção do Clima para 2020. Em outubro de 2020, as queimadas já tinham ultrapassado o total de 2019, tornando um dos piores anos desde que esse monitoramento é realizado pelo Inpe.

2.2 Objetivos da avaliação

Em relação às avaliações, a Misereor segue uma abordagem centrada na **aprendizagem** e na mensuração dos **efeitos enquanto mudanças duradouras**, entendendo que esses processos de mudanças são construídos especialmente pelas pessoas, que são beneficiárias diretas e indiretas dessas mudanças. Nesse sentido, **o objetivo geral** do processo foi realizar a *avaliação participativa da parceria estabelecida entre a ACESA e a Misereor, especialmente a partir dos acordos firmados nos últimos projetos trienais (2018-2021), no sentido de identificar os principais resultados efetivos e os aprendizados gerados, considerando o contexto no qual foram implementados e na perspectiva que eles sejam úteis para o aprimoramento da ações de cooperação para o desenvolvimento*.

Como **objetivos específicos**, tem-se:

1. Identificar os resultados dos projetos desenvolvidos pela ACESA entre 2018 e 2021, especialmente os efeitos gerados (positivos e negativos; previstos e não previstos) pela implementação de atividades (intervenção realizada), aferindo a sua relevância, eficácia, eficiência e sustentabilidade.
2. Sistematizar a aprendizagem construída por todas as partes envolvidas na implementação dos projetos, incluindo àquelas relacionadas a efetivação da missão da ACESA e da Misereor.
3. Avaliar o alcance dos objetivos traçados pelos projetos, a partir da teoria de mudança desenhada no início dos projetos, e a concretização das metas e prioridades estabelecidas para a promoção da agroecologia, inserção nos mercados, organização associativa e incidência nas políticas públicas, que foram monitoradas através dos indicadores e meios de verificação definidos no escopo dos projetos.
4. Mensurar o empoderamento e promoção dos direitos das mulheres, considerando os aspectos geracionais e o enfrentamento das desigualdades econômicas e sociais, incluindo o combate à violência, ao racismo e a outros preconceitos que impedem o pleno desenvolvimento das mulheres, das crianças e dos/as jovens.
5. Identificar o fortalecimento institucional da ACESA e de sua rede de parceiros a partir do apoio da Misereor, nos aspectos relacionados à sustentabilidade financeira e política; à visibilidade e prestação de contas; e fortalecimento da ação em rede.
6. Formular recomendações para o aprimoramento trabalho realizado pela ACESA, no tocante à implementação programática de projetos; fortalecimento da atuação em parceria; gestão financeira de projetos da cooperação internacional; e sobre implementação de estratégias voltadas para a sustentabilidade ambiental, social e econômica do trabalho realizado.

A avaliação também procurou identificar a contribuição dos projetos para a concretização dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030**, dialogando como essa intervenção se juntou ao esforço global de reduzir as desigualdades e “não deixar ninguém para trás”, lema adotado pelos governos e outros atores do desenvolvimento que estão mobilizados em torno dessa agenda.

3. Metodologia da Avaliação

A metodologia desenhada para essa Avaliação Externa foi estruturada a partir das recomendações da Misereor, nos princípios identitários da instituição avaliada e na experiência do consultor contratado. A oficina de preparação do Termo de Referência e o Seminário Inicial da Avaliação também geraram orientações e subsídios para a definição dos instrumentos, métodos e atividades contempladas nessa metodologia.

Para detalhar esse tópico, apresentamos a metodologia em duas partes, sendo que a primeira diz respeito aos princípios e referenciais; e a segunda apresenta as etapas realizadas, incluindo os instrumentos e métodos criados e utilizados.

Iniciando pelos **princípios e referenciais metodológicos** orientadores da avaliação, a perspectiva foi realizar um processo:

1. **Imparcial, independente e transparente**, garantindo que a população beneficiária fosse ouvida de forma autônoma e transparente.
2. **Participativo**, valorizando os acúmulos individuais e coletivos, especialmente dos sujeitos de direitos, **comunidades trabalhadas** e parceiros, representadas nas diversas organizações que atuam conjuntamente com a ACESA, priorizando público diretamente beneficiado pelos projetos apoiados pela Misereor.
3. **Integrador**, no sentido de possibilitar que as ações, produtos e resultados alcançados fortaleçam todas os sujeitos, comunidades e parceiros envolvidos.
4. **Pluridimensional**, valorizando as diversidades que compõem as comunidades trabalhadas pela ACESA e as parcerias que a instituição vem desenvolvendo, especialmente no âmbito do movimento agroecológico, contemplando assim os aspectos sociais, ambientais e econômicos, e a diversidade dos sujeitos, em termos de gênero, geração, raça e etnia.
5. **Qualificador**, caracterizando-se como um processo educativo, de formação e de diálogo entre os saberes técnicos e populares, motivando e aprimorando as capacidades de todas as pessoas envolvidas. Nesse sentido, **a aprendizagem** da organização parceira, já começa durante a avaliação. A expectativa é que esta aprendizagem se traduza em melhorias concretas no trabalho de projeto.

Sobre os **referenciais metodológicos** a avaliação apostou em duas abordagens para fortalecer a dimensão pedagógica e formativa do processo.

- a) Abordagem Baseada em Direitos Humanos (ABDH), que foca na promoção e efetivação de direitos a partir de quatro estratégias que se integram e se complementam: o empoderamento individual e coletivo dos sujeitos e comunidades priorizadas acerca dos seus direitos; a solidariedade da sociedade civil e outros segmentos de apoio a luta desses sujeitos, dessas comunidades e da ACESA; a incidência política desses sujeitos e da ACESA para aprimorar as políticas e práticas de gestão que ampliem a efetivação dos seus direitos; e construção de alternativas econômicas, sociais e ambientais que resultem na ampliação do acesso aos direitos.
- b) Abordagem Feminista, considerando que esta permite uma reflexão dialógica sobre as desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres beneficiárias e participantes dos projetos implementados pela ACESA e apoiados pela Misereor, fazendo interseção com as questões raciais e geracionais, possibilitando assim uma análise multidisciplinar sobre os caminhos traçados para as mudanças que foram traçadas.

A partir da adoção desses dois referenciais metodológicos, também procurou exercitar uma **abordagem baseada na promoção da equidade** em todo o processo de avaliação, incluindo decisões sobre o que e como seria avaliado

Para a concretização desses princípios, referenciais e abordagens, a avaliação foi realizada em **sete etapas**:

3.1 Preparação preliminar da avaliação

Essa etapa da avaliação contemplou os acertos iniciais entre a ACESA e a Misereor, incluindo a apreciação dos documentos orientadores da Misereor para a avaliação externa, seguido da realização de uma oficina de consulta às instâncias e representações das comunidades para consolidar os objetivos, desenhar a metodologia e definir os conteúdos a serem contemplados na avaliação; e a elaboração, negociação e aprovação dos Termos de Referência (Anexo 1) orientado do processo avaliativo.

3.2 Seminário inicial da avaliação

Após a aprovação dos Termos de Referência pelas partes interessadas (ACESA e Misereor), foi contratada a consultoria responsável pela avaliação, que apresentou a metodologia proposta num seminário inicial que teve como objetivos consolidar as perguntas-chaves orientadoras da avaliação, bem como compartilhar a metodologia, detalhando as etapas seguintes; definindo as pessoas e organizações que seriam convidadas para participar das etapas posteriores; e estabelecendo os papéis a serem desempenhados para cada participante, a partir de um cronograma estabelecido e acordado ao final do seminário.

Nesse seminário, a consultoria apresentou a sistematização da **Teoria de Mudança** (Anexo 2) estabelecida nos projetos avaliados. Esse procedimento metodológico foi muito importante para identificar os caminhos críticos que foram adotados na implementação dos projetos, no sentido de alcançar as mudanças desejadas por eles.

Esse seminário teve a **duração de 6 (seis) horas**, com a participação **12 pessoas**, contemplando a equipe técnica e diretoria da ACESA; representações das comunidades e dos sujeitos que são beneficiários do projeto e do consultor contratado, sendo parte presencial e parte remota (consultor), formato adotado devido a Covid-19.

3.3 Apreciação da documentação dos projetos avaliados

Antes das atividades de campo, foi realizada a etapa de estudo e apreciação preliminar de documentos relativos aos projetos avaliados, de forma a responder as perguntas-chaves relacionadas nos Termos de Referência. Isso permitiu o aprimoramento dos roteiros das entrevistas; a escolha definitiva das perguntas que compuseram o questionário a ser respondido pelos sujeitos de direitos priorizados.

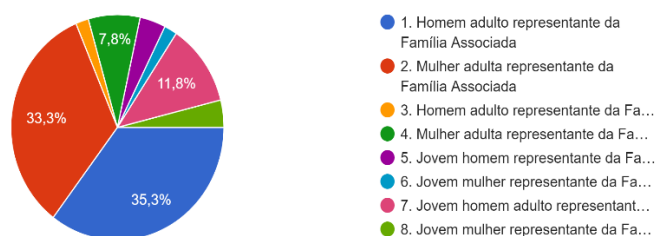
Os documentos do projeto que foram lidos preliminarmente, foram definidos conjuntamente entre a Coordenação da ACESA e a consultoria, contemplando os formulários (narrativo e orçamento) do projeto; os relatórios (narrativos e financeiros) parciais e finais de prestação de contas; sistematização e relatórios específicos de atividades mais importantes do projeto; planos anuais de atividades; políticas institucionais; planos estratégicos plurianuais; plano de comunicação; materiais de comunicação (impressos e audiovisuais); e auditorias anuais. A lista de todos os documentos consultados e analisados estão organizados no Anexo 3.

3.4 Visita de campo e aplicação de instrumentos da avaliação.

O cronograma de atividades de campo foi consolidado no seminário inicial da avaliação e ajustado a partir de reuniões específicas entre a Coordenação da ACESA e o consultor, contemplando:

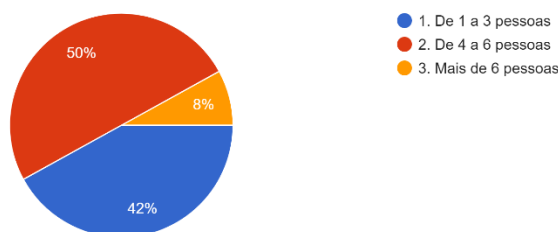
a) Elaboração e aprovação do formulário a ser aplicado enquanto **questionário** (Anexo 5). Esses questionários foram aplicados virtualmente através da plataforma *google forms*. Ao todo, foram aplicados 51 questionários, com a seguinte representação: 18 homens adultos representantes de famílias associadas; 17 mulheres adultas representantes de famílias associadas; 6 jovens homens representante da família associada; 4 mulheres adultas representantes da famílias não associada; 2 jovens homens representantes de famílias associadas; 2 jovens mulheres representante de família não associada; 1 homem adulto representante de família não associada; e 1 jovem mulher representante de família associada. Os percentuais dessa amostragem estão expressos na Figura 1. A lista de todas essas pessoas e de quem aplicou o questionário, estão no Anexo 4

Figura 1 - Categorias dos/as participantes que responderam ao questionário



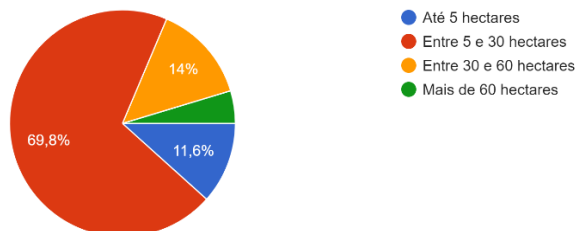
Essa enquete revelou que metade das famílias dessas pessoas tem de 4 a 6 pessoas; 42% das famílias têm de 1 a 3 pessoas e apenas 8% têm mais de 6 pessoas nas suas famílias (Figura 2).

Figura 2 – Quantidade de pessoas nas famílias das pessoas que responderam ao questionário



Dessas famílias, 82% têm terra própria, sendo que destes/as, quase 70% têm entre 5 e 30 hectares, 14% têm entre 30 e 60 hectares; 11,6% tem até 5 hectares; e menos de 5% tem mais que 60 hectares, que representam dois módulos rurais (Figura 3)

Figura 3 – Tamanho das propriedades para os/as entrevistados/as que possuem terra.



b) Definição da lista de pessoas representativas das organizações parceiras e de setores significativos que tem interação com a ACESA que seriam entrevistadas; das pessoas que participariam dos grupos focais (equipe técnica; diretoria; e educadoras de clubinhos, e mulheres); e das pessoas da equipe técnica que seriam entrevistadas. O Anexo 4 também contempla a lista de todas essas pessoas. Como os roteiro dessas entrevistas foram montados a partir das perguntas chave contidas nos Termos de Referência, não consideramos relevante ter um anexo específico contendo tais roteiros.

c) Elaboração de roteiros para as filmagens das comunidades que seriam visitadas. Por conta da pandemia, o consultor não visitou presencialmente tais comunidades e sim preparou a filmagens, fez um vídeo tutorial para apoiar a equipe da ACESA, que realizou tais filmagens, que foram editadas e publicadas no canal do Youtube da ACESA, sendo que o roteiro para as filmagens se constitui no Anexo 6 e os links dessas filmagens fazem parte do Anexo 4. Esse material foi muito relevante para análise do alcance dos efeitos. Ao todo, foram realizados 9 vídeos, sendo 7 de agricultores/as associados/as e 2, em EFA's. A lista dos/as agricultores/as e EFA's participantes dos vídeos também compõem o Anexo 4.

*Figura 4 – Agricultora e educadora do Clubinho da Árvore Maria de Fátima
Print de vídeo produzido para a avaliação*



d) Elaboração e aplicação dos roteiros para grupos focais e para entrevistas de pessoas chave listadas, que foram realizados virtualmente. A lista dos/as participantes dos grupos focais e das entrevistas também fazem parte do Anexo 4.

3.5 Sistematização dos resultados e elaboração do relatório preliminar;

A partir da terceira etapa, foi iniciada a sistematização dos resultados da avaliação e elaborado o relatório preliminar correspondente, seguindo o roteiro descrito no tópico 7 do Termo de Referências. Essa elaboração ficou a cargo da consultoria contratada, que solicitou diversas informações adicionais à Coordenação e Equipe da ACESA. Esse documento foi a base para estruturação do seminário de encerramento da avaliação.

3.6 Seminário para apresentação preliminar da avaliação

Esse seminário teve o objetivo de validação dos dados levantados, revisão das conclusões e elaboração definitiva das recomendações. Ele foi realizado em duas etapas, sendo a primeira totalmente presencial e a segunda, híbrida, com os/as participante da ACESA reunidos presencialmente na sede da instituição e o consultor, através de plataforma de reunião virtual. As pessoas participantes desse seminário estão listadas no Anexo 4.

Ele também teve o objetivo de aprofundar a reflexão sobre os resultados e aprendizagens da avaliação, tendo a duração de **14 (catorze) horas** distribuídas em três dias. Ao final deste seminário, a consultoria dispôs de todos os elementos para a consolidação dos resultados e das recomendações, que estão expressas nesse relatório final da avaliação externa.

3.7 Finalização e aprovação do relatório da avaliação.

A última etapa realizada foi consolidação, pela consultoria, do Relatório Final da Avaliação Externa, contemplando todos os itens considerados como requisitos mínimos para relatórios de avaliação de projetos financiados com fundos da Misericórdia/KZE, inclusive o **Plano para Implementação das Recomendações** e o documento de **comentários e considerações** feita pela ACESA. Esse documento constitui o Anexo 7 desse relatório de Avaliação.

4. Apresentação dos resultados da coleta e análise dos dados.

Para atender aos objetivos estabelecidos para a avaliação, incluindo as sugestões da oficina preparatória e seguindo as recomendações e orientações da Misereor³, foi formulada uma lista de perguntas chave que serviram como base para estruturar a coleta de dados e atividades do processo avaliativo, a partir das 5 dimensões (critérios) que estruturam a avaliação: **i) Relevância; ii) Eficiência; iii) Eficácia; iv) Efeitos; e v) Sustentabilidade**. A lista dessas perguntas está contemplada nos Termos de referência (Anexo 1).

4.1 Critério 1: Relevância do Projeto.

Essa dimensão agrupou perguntas para responder “se a intervenção que a ACESA está fazendo junto às populações, organizações mobilizadas e estratégias desenhadas, a partir do apoio e cooperação com a Misereor, trilhou um caminho seguro e acertado”. Aqui, entende-se a intervenção como o ciclo dos dois projetos avaliados.

Ao final da coleta de dados e análise das informações, pode-se afirmar que **a ACESA é muito criteriosa na escolha dos sujeitos e comunidades para serem beneficiários dessa intervenção** e que estes realmente estão numa situação que necessitam de serem contemplados com as ações do projeto. Avalia-se que a escolha é feita a partir de uma análise das famílias, no que diz respeito às suas necessidades, interesse e disponibilidade para atender aos critérios de serem beneficiárias da ação, que se resume a **três condições**: a) passar por um período e um processo de aproximação, que significa participar de duas assembleias da ACESA para entender se essa inserção atende aos seus interesses e necessidades. Esse período as vezes dura até 2 anos; b) ter a predisposição de fazer a transição agroecológica, especialmente não utilizar venenos nos processos produtivos; c) ter pelo menos três setores produtivos funcionando de forma permanente (criação de pequenos animais, culturas anuais e quintais produtivos).

Mesmo em concordância com esses critérios e entendendo que essas pré condições são muito relevantes, **pois fazem parte da identidade da ACESA**, avalia-se que isso também representa um desafio para que a ACESA amplie sua base de atuação direta, pois esse período de aproximação, pode ser insuficiente para que uma família possa decidir abandonar o uso de venenos, e assim muitas dessas famílias jamais poderão ser beneficiárias diretas da ação da ACESA. Assim, tem-se aqui um dilema sobre as apostas e o investimento a ser realizado, ou seja, prioriza-se apenas as famílias que têm potencial e não trabalham aquelas que realmente não tem condições de fazerem sozinhas a transição agroecológica?⁴. Será que não vale a pena **escolher algumas famílias que tenham interesse e necessitam de mais apoio do que normalmente é feito? Será que os exemplos que a ACESA já tem para essa sensibilização, como as campanhas são suficientes? A realização de campanhas como estratégia começar a transição agroecológica é suficiente para essa sensibilização?**

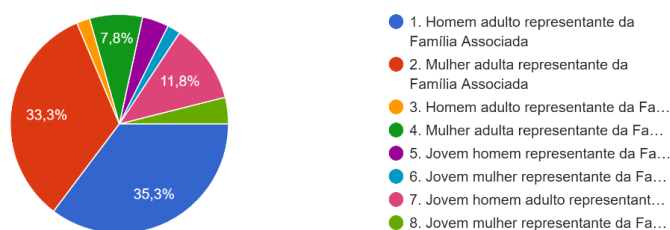
A priorização das juventudes e das mulheres, também pode ser considerada como acertada, pois a prioridade nas juventudes é na perspectiva de garantir o futuro da agricultura familiar e camponesa; e a prioridade nas mulheres é na perspectiva de enfrentar as desigualdades de gênero, pois há uma crescente compreensão que as mulheres precisam ocupar mais e melhor todos os espaços que lhe são negados. Há um

³ Inclusive àquelas que fazem parte do conjunto de recomendações sistematizadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) denominadas Critérios para Avaliação.

⁴ Segundo definição da lei nº 10.986, de 21 de dezembro de 2018, que institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão (Peapoma) e que teve a participação da ACESA na sua elaboração, **transição agroecológica** é processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de agroecologia e produção orgânica, conforme decreto 7794/20 12;

reconhecimento que a presença das mulheres vem, a cada dia, sendo menos restrita e que gradativamente tem se ampliado a participação das mulheres em todas as esferas de atuação da ACESA. As atividades desenhadas **nesse último projeto apoiado pela Misereor contribuíram para essa mudança**, pois as mulheres (adultas e jovens, associadas ou não à ACESA) representaram 47% da amostra dos questionários (Figura 5).

Figura 5 - Categorias de sujeitos por sexo, geração e condição de acompanhamento

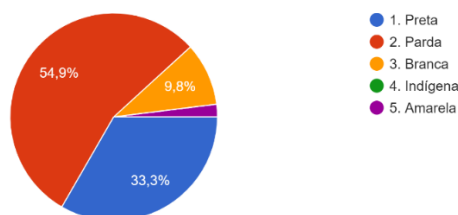


As **crianças e adolescentes**, que são trabalhados/as especialmente nos clubinhos, também representam um importante segmento geracional, pois eles também se inserem no campo da educação ambiental, na perspectiva de sucessão geracional da agricultura familiar camponesa, sendo parte importante das famílias beneficiadas diretamente e indiretamente pelos projetos da Misereor. Avalia-se que o **alcance desse trabalho poderia ser maior**, pois há mais crianças e adolescentes que desejam ser beneficiadas, ou seja, a ACESA ainda não atende à demanda que existe para esse trabalho. Também se constata uma lacuna na mobilização dos/as adolescentes, pois **falta estratégia para trabalhar com esse público** e isso fragiliza a intenção da ACESA em ter mais jovens atuando no campo, com oportunidades para não migrarem quando atingirem a maioridade

Quando considera **esse segmento e jovens enquanto beneficiários das EFA's**, a colaboração da ACESA, enquanto organização parceira, vem possibilitando a participação dos/as estudantes em vivências agroecológicas⁵ nas unidades produtivas das famílias dos/as agricultores/as. Verifica-se **um cuidado na seleção dos/as participantes dessas vivências agroecológicas**, o que caracteriza essa **seleção como democrática**, pois essa escolha envolve as escolas, os/as agricultores/as e a equipe da ACESA.

A **escolha das comunidades também tem sido acertada** e há uma crescente preocupação em **contemplar comunidades quilombolas** nessa escolha, pois apesar de existir um número significativo dessas comunidades no território de atuação da ACESA, atualmente apenas uma comunidade quilombola tem acompanhamento, o que **significa uma lacuna na representatividades na diversidade dos sujeitos**. Essa lacuna se explicita quando 88 das pessoas, de ambos os sexos, responderam que são pessoas negras (Figura 6).

Figura 6 - Cor/Raça dos sujeitos participantes da avaliação



⁵ **Vivência Agroecológica** é o momento em que jovens oriundos das Escolas Famílias Agrícolas – EFA's passam certo período em uma Unidade de Produção Familiar – UPF que desenvolvem trabalhos da Agricultura Familiar com base na Agroecologia. Nesse tempo os alunos são integrados nas atividades desenvolvidas juntamente com a família a partir de um planejamento prévio das atividades. Na troca de saberes, eles/as são oportunizados a colocar em prática a teoria aprendida nas escolas através da metodologia do **aprender-fazendo**.

Caso a ACESA queira contemplar **a dimensão da igualdade racial no seu trabalho**, necessita então ampliar o número de comunidades quilombolas atendidas, bem como construir uma estratégia para trabalhar a dimensão racial a partir das comunidades quilombolas e da população negra que estão nas demais comunidades.

A ACESA também “ensaia” atingir e envolver **grupos do entorno da cidade**, mas reconhece que ainda não conseguiu êxitos nessa direção. Esse envolvimento pode ser estratégico para **fortalecer parcerias com as organizações que atuam pela reforma agrária**, estratégia relevante num contexto de disputa com o agronegócio, que na região se expressa muito forte a partir da pecuária extensiva, que vem sendo reprodutora de expropriação das famílias e causadora de impactos ambientais negativos no bioma amazônico (desmatamento e queimadas). Essa ação pode **fomentar a agricultura urbana**, que a cada dia ganha mais força no debate da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável.

Um aspecto que chama atenção no perfil das famílias que são acompanhadas pela ACESA é que 55% já são acompanhadas **há mais de dois ciclos de projetos da Misereor**. Como quase 10% das respostas foram de famílias não associadas, esse percentual ultrapassa os 60%. Isso nos remete a uma reflexão se as famílias associadas **não estariam muito tempo sendo acompanhadas pela ACESA**. Mesmo verificando que isso não representa um problema em si, pois essas famílias terão novas demandas de investimentos e que a cada ano, consolida-se como famílias que tem um papel na sensibilização de novas famílias, possibilitando assim que os membros dessas famílias possam ocupar cargos diversos na vida pública, como parlamentares municipais; direção de STTR's e de EFA's; e até cargos executivos, como secretarias municipais. O que se questiona é se **há um equilíbrio na composição desses sujeitos**, bem como na **definição dos distintos papéis** que elas poderão ter para o desenvolvimento do trabalho e efetivação da missão da ACESA.

Assim, as famílias e comunidades escolhidas **representam bem a identidade da ACESA**, inclusive considerando que há muita conexão entre a direção, equipe técnica, e essas famílias, numa aposta de **empoderamento** delas, tanto na formação sociopolítica, como para a construção de alternativas para geração de renda. Nesse sentido, *“a ACESA quer essas famílias e as famílias querem a ACESA”*, como destacou uma representante das parceiras, que foi entrevistada. Inclusive, percebe-se uma interação das comunidades e a equipe técnica no funcionamento dos GT's da RAMA, o que representa um diferencial positivo para a ACESA, pois nem todas outras organizações conseguem fazer dessa forma.

Como a ACESA não é exatamente uma organização que atua apenas na base, esse enraizamento e interação possibilita que essa ponte com esses grupos e comunidades seja feita de forma efetiva, revela um **risco da ACESA ser confundida como uma organização que “não representa as comunidades de base”** e assim dificultar a aprovação de alguns projetos que são voltados essencialmente para comunidades de base. Nesse sentido, **o enfrentamento desse possível dilema deve ser feito**, com a participação das organizações e sujeitos que estão na base e nas instâncias de gestão da ACESA

O **escopo das atividades e estratégias** estabelecidas e desenvolvidas pelo projeto, **foi adequado** pois procurou responder às necessidades estabelecidas ao final do penúltimo projeto⁶, partindo de uma concepção e orientação estratégica de **colocar esses sujeitos prioritários**, em especial as mulheres e jovens, **no centro do desenvolvimento das ações**, a partir de atividades fomentadoras do empoderamento sociopolítico e econômico. Assim, esse escopo vem **dando conta de enfrentar a situação problema descrita** no projeto, mas continua **desafiadora**, pois o contexto atual revela uma situação de empobrecimento da população brasileira, tanto do campo como das cidades, com o retorno do país ao Mapa da

⁶ Projeto Agricultura familiar de base agroecológica: construindo igualdade, realizado entre maio de 2015 a maio de 2018

Fome, com aumento da insegurança alimentar e nutricional, que se agrava com o estímulo do governo brasileiro ao agronegócio e **como avanço da pandemia da Covid-19**.

A aposta na **mobilização e fortalecimento dos sujeitos para reivindicar as políticas públicas** é estratégia correta, mas se necessita garantir a resiliência das comunidades para que elas não entrem nos números crescentes das pessoas em situação de pobreza e no mapa da fome. Assim, fortalecer a **capacidade produtiva, as estratégias de geração de renda a partir do beneficiamento e comercialização** se constituem em atividades totalmente acertadas. Avalia-se que aproximadamente 70% das famílias têm condições de oferecer produtos para a alimentação escolar. Há muitos produtos que podem ser inseridos nos cardápios. A experiência de fornecimento de alimentos para a composição de cestas básicas para serem distribuídas pelo Governo do Maranhão, apesar das dificuldades encontradas, demonstrou essa capacidade de fornecimento de produtos numa escala maior.

Sobre a abordagem implementada pela ACESA no desenvolvimento das ações previstas nos projetos da Misereor, pode-se destacar **quatro aspectos**:

1. **A ACESA tem uma equipe bem qualificada tecnicamente** e assim consegue desenvolver um trabalho relevante do ponto de vista da abordagem técnica. A ACESA dá respostas às necessidades da vida prática e efetiva dos/as agricultores/as, como é o caso do não uso dos agrotóxicos, aspecto muito importante dessa contribuição. Nos processos formativos realizado pela equipe da ACESA, há um incentivo **para o aprendizado sobre como lidar com a terra e identificar os potenciais para gerar sobrevivência**. A forma como a equipe da ACESA atua é valerosa, pois estimula e incentiva, a partir da assessoria, **a transição agroecológica**, que se materializa no banimento do uso de agrotóxicos e na utilização de outras formas e tecnologias para produção de alimentos saudáveis. Do ponto de vista técnico, a ACESA foi uma das primeiras organizações do Maranhão que investiu nos **Sistemas Agroflorestais (SAF's)**, prioridade que perdeu forças com o passar do tempo. Mesmo que esteja em curso um processo de retomada, inclusive no âmbito do novo projeto que está sendo negociado com Misereor, **as metas poderiam ser mais ousadas**.

O Circuito de Feiras é uma **abordagem importante para tratar da comercialização e outros aspectos econômicos**. Em parte dos municípios de sua atuação, a ACESA está à frente desses processos, mas **avalia-se que essa ação ainda tem muito potencial a ser expandido** para todos os municípios, inclusive na mobilização de organizações, como os sindicatos e associações para que possam assumir essa iniciativa de forma mais autônoma, inclusive no sentido de criar instâncias de gestão específicas para essa finalidade.

2. **A abordagem de comunicação e pedagógica, de linguagem direta** consegue trabalhar temas técnicos e complexos, numa linguagem popular. A ACESA valoriza o conhecimento dos/as agricultores/as. A instituição aposta na formação dos sujeitos para juntos realizarem e construir conhecimentos, incluindo encontros para trocas de experiências e para sensibilizar outras pessoas que tem potencial, mas que ainda não estão inseridas.

3. A ACESA adota **uma dimensão política, com a compreensão que o trabalho de assessoramento não é apenas uma questão técnica**. Isso é uma virtude, pois as organizações do campo têm passado por dificuldades nesse contexto, onde os espaços de participação foram e estão sendo desmontados. A ACESA tem tido um papel muito importante para criar espaços de discussão, de articulação dos movimentos, especialmente a partir da RAMA, incluindo os GT's, de Mulheres, das Juventudes e o da Educação.

Um aspecto **que se perdeu na abordagem da ACESA foi a componente cultural**, que historicamente era muito forte e inovadora, que fazia a diferença na animação, na mobilização e na troca de experiências. As atividades começavam e terminavam com atividades culturais, especialmente o "Circo ACESA", sendo todas protagonizadas e conduzidas pelos/as agricultores/as.

Por outro lado, avançou-se em termos de **participação das mulheres na realização das atividades**, que prezam pela beleza, pelo cuidado e pela ludicidade em todas as atividades. Cabe destacar que a abordagem com as mulheres não se restringe a essa dimensão, pois também se destaca as **atividades voltadas para outras dimensões do seu empoderamento**. Isso tem crescido nas ações da ACESA, com muitas mulheres presentes em todas as áreas de sua atuação. Também se tem investido na representação dessas mulheres, que vem gerando um mudança significativa na composição na direção da ACESA e na sua presença pública em espaços de representação da ACESA.

4. A ACESA prioriza e valoriza a **ação em Rede para fortalecimento de parcerias**, especialmente a partir da RAMA. A ACESA demonstrado grande capacidade de articulação e sabiamente consegue articular suas estratégias institucionais, com as estratégias dos parceiros e da RAMA, dando um tom muito positivo a essa Rede, não só na articulação, mas também na sua visibilidade. Todo material produzido e as notícias que são veiculadas, têm a logomarca da RAMA, o que representa um **sentimento explícito de pertencimento**.

Quanto aos **aspectos críticos na sua abordagem**, chamamos a atenção para duas questões que carecem **mais prioridades em relação a atuação micro x macro**, considerando o território onde a ACESA prioriza sua ação: a) nessa região, há um forte embate com a pecuária; b) potencial de investir na comercialização, de forma coletiva, com outras parceiras, a partir de uma incidência nos mercados institucionais, como PNAE e PAA, ao nível estadual. Avaliamos que apesar de toda iniciativa da ACESA, via o investimento na ação em rede e construção de projetos em consórcios, ela **ainda tem um campo de relações a ser conquistado no âmbito estadual**. Nota-se que isso vem sendo superado, a partir da RAMA, e que através dessa, tem sido construídas as parcerias, que ainda não estão totalmente solidificadas, mesmo com os avanços, no Mearim e no Maranhão.

Considerando o **enfrentamento político que hoje temos no Brasil e no Maranhão**, as temáticas que a ACESA trabalha, como a igualdade de gênero, defesa da agroecologia e feminismo, estão muito tensionadas pela conjuntura política e isso exigem um aprimoramento das estratégias para uma mobilização dos sujeitos. Há um limite da ACESA em situar o seu trabalho na luta social que está posta nesse momento. Já existe um movimento para esse enfrentamento, mas isso pode ser aprimorado.

Finalizando essa dimensão, pode-se avaliar que os **objetivos iniciais do projeto foram e ainda são apropriados**, especialmente quando se depara com os retrocessos gerados pelo contexto de crise econômica vivida no país; pela retração de direitos provocados pelo atual e último Governo Federal; e pelos impactos sociais negativos da pandemia da Covid-19.

4.2 Critério 2: Eficácia do Projeto.

Esse critério está relacionado à concretização do alcance dos objetivos dos projetos avaliados. A análise faz relação entre os resultados alcançados e os objetivos traçados, especialmente àqueles estabelecidos no contrato de parceria entre a ACESA e a Misereor.

A partir da análise dos relatórios narrativos, pode-se afirmar que a ACESA **atingiu um nível de eficácia no patamar desejado, mesmo que o alcance das metas não tenha sido totalmente concretizado**. Analisando o relatório final do Projeto **Agricultura Familiar de base agroecológica: Construindo Igualdade nº 233-134-1009**, constata-se que ele já avança na nomenclatura, pois o projeto anterior, que era denominado “Modelo Alternativo Agropecuário”. O nomes dos dois últimos projetos refletem melhor a missão da ACESA. O quadro a seguir, sintetiza o alcance dos objetivos desse projeto em termos de metas estabelecidas pelos s indicadores (Quadro 1).

Quadro 1
Projeto Agricultura Familiar de base agroecológica: Construindo Igualdade
 Alcance das metas

Indicador	Alcance verificado
Indicador 1.1: 100 famílias acompanhadas pelo projeto com maior conhecimento agroecológico potencializado pela gestão e melhoria dos pomares	O alcance parcial , pois apesar de todo investimento realizado, ao final do projeto, apenas 38 famílias estavam nessa condição e foram aquelas acompanhadas de forma mais sistemática durante os 3 anos de execução do projeto. Porém, também se destaca a <u>retomada da implantação dos Sistemas Agroflorestais</u> , estratégia que vinha perdendo força na estratégia agroecológica da ACESA.
Indicador 1.2: 20 mulheres vivenciando experiências produtivas para melhoria da alimentação e geração de renda	A meta foi 90% alcançada e gerou o efeito desejado , pois foram mobilizadas 18 mulheres, tanto de forma individual e através de um grupo coletivo. Mesmo que o alcance tenha sido um pouco abaixo da meta estabelecida, esse investimento foi relevante para a <u>inserção das mulheres em todas ações e dimensões do trabalho da ACESA</u> , desde as unidades produtivas, participação nas instâncias institucionais e nos espaços de representação política.
Indicador 1.3: Instalação de 03 unidades de processamento e beneficiamento de frutos com um aumento de 50% da renda das famílias acompanhadas pelo projeto.	A realização foi parcial . A Diretoria definiu que a ACESA faria a estruturação de apenas uma unidade, para atender as normas sanitárias e de vigilância vigentes no Brasil. E assim, encaminhou a construção da unidade de beneficiamento e processamento de frutos em Lago Verde, tendo autorização para sua construção, a partir de diversos órgãos públicos, <u>mas ainda não foi concluída</u> porque os recursos disponibilizados não foram suficientes.
Indicador 2.1: 70% das mulheres participantes do projeto liderando um processo econômico e/ou político nos âmbitos familiares e comunitários	Como o projeto não tinha linha de base e o indicador foi estabelecido em termos percentuais, não se pode mensurar seu alcance de forma mais objetiva, mas apenas destacar que foi constatado um crescente empoderamento das mulheres participantes , pois ao final do projeto, 16 mulheres estava no quadro de associadas (sendo 02 jovens), bem como verifica-se um aumento da participação das dessas mulheres em espaços de discussões em organizações governamentais e não governamentais. Nesse período do projeto, teve a primeira presidenta mulher da ACESA desde sua fundação.
Indicador 2.2: 80% das famílias estarão sensibilizadas quanto à importância das relações equitativas entre homens, mulheres e jovens.	Esse indicador também não parte de um marco inicial, mas pode-se avaliar que a meta foi alcançada , pois as mulheres e os/as jovens estão se sobressaindo na participação das atividades e ocupando espaços nas atividades produtivas nas unidade de produção familiar. Percebe-se o aumento de famílias sensibilizadas sobre a importância das relações e equidade de gênero para a promoção do o desenvolvimento sustentável. No último ano do projeto, contabilizou-se a participação de 130 jovens e de 233 mulheres nas atividades desenvolvidas ao longo do projeto.
Indicador 2.3: 40% dos/as jovens ocupando os espaços deliberativos da ACESA	Meta parcialmente alcançada . A partir dos dados do relatório final do projeto, avalia que houve a participação de 30% de jovens, 12% de adolescentes e 18% de crianças filhos de sócios/as e não sócios na nas atividades ACESA. Porém, essa <u>participação não se revela em aumento poder de deliberação nesses espaços ocupados pelos/as jovens</u>
Indicador 3.1: Em 02 anos, 80% das famílias beneficiadas com o projeto fornecem produtos para o PNAE e PAA.	A meta estabelecida para esse indicador foi alcançada , pois durante a execução do projeto, 73,52% das famílias sócias da ACESA acessaram o PNAE e 91,17% acessaram o PRONAF ⁷ . Mas, seguindo uma retração em todo país, <u>nesse período não houve acesso pelas famílias ao PAA</u> .
Indicador 3.2: Até o final do projeto, a ACESA tem assento em pelo menos 03 conselhos municipais e 01 em conselho estadual de controle social de políticas públicas de interesse da agricultura camponesa.	Para esse indicador, a meta foi extrapolada , pois ao final do projeto, a ACESA tem participado em 05 (cinco) conselhos municipais, 2 (dois) conselhos estaduais, 01 (um) Fórum Estadual de Economia Solidária e 01 (um) Comitê de Bacia Hidrográfica.

⁷ PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Quadro 1
 Projeto **Agricultura Familiar de base agroecológica: Construindo Igualdade**
 Alcance das metas

Indicador	Alcance verificado
Indicador 3.3 - 50% de todas as famílias participantes do projeto acessam ao PAA, PNAE e PRONAF.	A meta estabelecida para indicador também foi alcançada, pois na execução do projeto 91,17% das famílias acessaram o PRONAF, 73,52% das famílias acessando o PNAE e 16% já acessaram o PAA
Indicador 4.1: 50% das famílias, a partir do 2º ano, já substituíram o uso de agrotóxicos por defensivos naturais elaborados por eles mesmos com orientação técnica.	Esse indicador também apresenta a mesma dificuldade comparativa, pois foi formulado em termos percentuais e assim não se tem como medir a efetividade no seu alcance , apesar da avaliação constatar que a expansão da campanha contra o uso de agrotóxicos para outros municípios da Diocese de Bacabal, via o Fundo Diocesano de Solidariedade e através da implementação dessa campanha em escolas municipais, e que mesma vem surtindo efeito positivo para a transição agroecológica e para a diminuição do uso de agrotóxicos
Indicador 4.2: 70% das famílias acompanhadas com autonomia na produção de suas próprias sementes garantindo assim, a soberania e segurança alimentar para as próximas gerações.	Esse indicador também apresenta a mesma dificuldade de análise comparativa, pois também foi estabelecido em termos percentuais.

Fonte: Dados organizados pelo consultor, 2020.

Quando se analisa a **matriz de indicadores do projeto em curso**, avalia-se que a sua formulação foi mais efetiva para a análise comparativa, pois as metas têm um ponto de partida quantitativa, o que facilita sua aplicação, utilização e análise. Os **objetivos** desse projeto também foram **mais bem desenhados e formulados** e num formato adequado para mensurar o cumprimento das metas a serem atingidas. Quanto ao monitoramento dos objetivos, a partir dos **indicadores**, percebe-se que a utilização deles **não foi tão efetiva na prática institucional** da ACESA, especialmente em termos quantitativos.

Em relação ao ciclo do projeto anterior, ganha-se na formulação, mas não avança na aplicação. Porém, constata-se que a ACESA não dispõe de um sistema de monitoramento e avaliação, com meios de verificação adequadas e atividades específicas para essa finalidade. Os indicadores nortearam o acompanhamento que é realizado, que é mais ou menos intenso de acordo com as prioridades, mas isso não se reflete nos relatórios de prestação de contas à Misereor, que não os utiliza de forma direta para mensurar os efeitos, sendo mais utilizados de forma qualitativa, para desenvolver as atividades e para o registro e depoimentos dos sujeitos (via relatórios), **com uma lacuna no registro e análise quantitativa**. Isso fragiliza a prestação de contas como um todo, pois se constata que o trabalho da ACESA é mais forte e profundo do que se apresenta nos relatórios.

Cabe salientar que a avaliação constatou uma importante **iniciativa de planejamento com as famílias associadas**, que é realizado em duas etapas. Na primeira, faz-se um diagnóstico da atual situação da Unidade Produtiva conduzida pela família, com o desenho de utilização da área incluindo tamanho, situação fundiária, áreas de preservação e diversas áreas de manejo (subsistemas), extrativismo e atividades de beneficiamento. Na segunda etapa, faz-se a projeção de ações, investimentos e benfeitorias a serem realizadas em cada subsistema, de acordo com a capacidade de cada família. Esse planejamento é muito útil para a definição das principais atividades de assessoria, capacitações e investimento que a família demanda no acompanhamento e apoio a ser dado pela ACESA.

Esse planejamento está registrado em fichas por família, mas essa experiência **ainda não tem uma sistematização** para gerar aprendizados, consolidar métodos e identificar lacunas que necessitam de respostas e que podem ser úteis nos processos de monitoramento e avaliação; de mobilização de recursos; e de incidência nas políticas públicas.

A seguir, tem-se a análise da pertinência e alcance dos atuais objetivos e mensuração do indicadores, no tocante às metas, estabelecidas no início desse segundo projeto avaliado.

Em relação ao **objetivo específico 1**, de **diminuir as desigualdades nas relações de gênero e geração**, apesar dos relatórios anuais (ano 1 e ano 2) dos projeto não avaliar o alcance das metas estabelecidas para o mesmo, percebe-se que a adoção desse objetivo explicita o compromisso da ACESA em promover a igualdade de gênero dentre as famílias acompanhadas diretamente e todo público indireto que é beneficiado. Esse objetivo também serviu como uma orientação **transversal e estruturante para a ação** da ACESA, relacionada à **redução das desigualdades nas relações de gênero e geração** em todas as ações institucionais. A avaliação constata que **a ACESA tem dado passos largos para incorporação dessa dimensão em seu trabalho**.

Indicador de efeito 1.1: *50 homens, 60 mulheres e 40 jovens sensibilizadas quanto à importância das relações equitativas de gênero e geração nos espaços sociais, produtivos e de comercialização.*

1.1.1 50 homens sensibilizadas quanto à importância das relações equitativas de gênero e geração nos espaços sociais, produtivos e de comercialização.

Essa **meta foi alcançada**. Ao final do segundo ano do projeto, a ACESA totalizava 80 homens nesta condição. Como as 42 famílias sócias estão sempre participando de diálogos com relação a esse tema, esse processo contribui diretamente para sensibilização das famílias, incluindo os homens que as compõem. Outras famílias não sócias são assistidas através de formações que contribuem para a compreensão e sensibilização dessa temática.

1.1.2 60 mulheres sensibilizadas quanto à importância das relações equitativas de gênero e geração nos espaços sociais, produtivos e de comercialização.

Meta **também alcançada**. No final do segundo ano do projeto, aproximadamente 150 mulheres já se encontravam nessa condição, sendo efeito direto das atividades específicas que foram desenvolvidas com as mulheres das famílias associadas ou não à ACESA.

1.1.3 40 jovens sensibilizadas quanto à importância das relações equitativas de gênero e geração nos espaços sociais, produtivos e de comercialização.

Meta alcançada. A ACESA contabiliza 100 que jovens já adquiriram essa condição, a partir dos conteúdos trabalhados nos eventos voltados para as juventudes, como por exemplo, o encontro de jovens, grupos de estudos e reuniões com esses sujeitos, que desenvolvem estratégias para o alcance de relações equitativas de gênero e geração nos espaços sociais, produtivos e de comercialização.

Indicador 1.2: *50 Mulheres multiplicadoras dos aprendizados em suas comunidades, fortalecendo o combate à violência doméstica. Discutiram sobre relações equitativas de gênero e geração nos espaços sociais, produtivos e de comercialização.*

Meta também alcançada, especialmente via a realização da campanha contra a violência doméstica, com o tema “com violência doméstica, não há agroecologia”, inserindo mulheres da ACESA e de outras organizações parceiras, através de diversos espaços de discussão. Um aporte mais detalhado desse alcance será descrito no item 4.4 desse relatório

Em relação ao **objetivo específico 2**, que tem em sua formulação **que as famílias acompanhadas obtenham acesso aos programas de políticas públicas de estruturação e comercialização da produção agroecológica**, avalia-se que este objetivo **está sendo alcançado gradativamente**.

Indicador 2.1: *Cinco municípios com Sistema de Inspeção Municipal (SIM) instalado, atendendo as exigências da vigilância sanitária.*

Meta cumprida parcialmente. No segundo ano do projeto, três municípios se encontravam em processos voltados para o alcance da meta, com os/as sócios e a equipe técnica da ACESA mobilizando audiências com o prefeito e Câmara de Vereadores de Lago Verde, reivindicando a criação da Lei do Sistema de Inspeção Municipal – SIM. Além disso, foi realizado um levantamento dos municípios da área de atuação da ACESA onde já existe o SIM, constatando que atualmente tem leis nos municípios de Lago do Junco, Bacabal e Alto Alegre do Maranhão. Mas infelizmente essas leis ainda não são executadas de forma efetiva.

Indicador 2.2: *50 famílias acessando programas governamentais de aquisição/comercialização de produtos da agricultura familiar (PAA, PNAE e PGPM-Bio).*

Meta cumprida parcialmente. Ao final do segundo ano, são contabilizadas 40 famílias nessa condição. Com as mudanças na conjuntura política do Brasil, percebe-se um crescente desmonte das políticas públicas e programas governamentais para aquisição/comercialização de produtos da agricultura familiar. Essas mudanças vêm dificultando o acesso das famílias às políticas públicas e aos mercados institucionais. Atualmente, as famílias estão acessando, em grande maioria, apenas o PNAE.

A equipe da ACESA destaca que os limites no êxito no acesso as políticas públicas têm uma relação direta a pouca compreensão e conhecimento dos gestores municipais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e as outras políticas públicas afins. Além disso, as relações partidárias atrapalham o desenvolvimento das políticas públicas nos municípios. Apesar das dificuldades, o questionário aplicado revela que estão sendo desenvolvidas várias as estratégias para alcançar a meta estabelecida para esse indicador, que serão apresentadas no capítulo que se mede os efeitos.

Sobre o **objetivo específico 3**, que projetava um **aumento da produção agroecológica das famílias para autoconsumo e comercialização**, os relatórios periódicos não apresentam tal avaliação, mas durante o processo de avaliação, constata-se que o ele **está sendo alcançado em parte**, de acordo a análise dos indicadores a seguir.

Indicador 3.1: *50 famílias com maior segurança alimentar e nutricional, a partir da implementação de 24 experiências mulheres.*

Meta alcançada, pois se avalia que 27 famílias têm experiências implementadas e cerca de 80 famílias ampliaram suas condições de segurança alimentar. No segundo ano do projeto, as famílias estão desenvolvendo as experiências produtivas, contribuindo de forma fundamental para garantir a segurança alimentar e nutricional, porque os alimentos são produzidos com base nos princípios agroecológicos. A ACESA também criou um banco de sementes, para incentivar as famílias a preservar suas sementes crioulas. A partir de um levantamento feito pela equipe, pode-se avaliar que as metas estabelecidas foram alcançadas e superadas. O detalhamento desse alcance faz parte do item 4.4 desse capítulo.

Os agroquintais e pomares são estratégias utilizadas para aumentar a produção agroecológica para autoconsumo e comercialização e são importantes do ponto de vista ambiental e social para as famílias agricultoras. É uma alternativa de exploração sustentável, porque podem ser desenvolvidos em pequenas áreas (quintais), com o uso do solo de forma sustentável, sem queima, utilizando matéria orgânica como cobertura morta, possibilitando a produção de alimentos saudáveis e de qualidade para consumo e para gerar renda.

A pandemia da Covid-19 impactou negativamente, pois várias atividades não foram realizadas nesse período, como a colheita de arroz, que é feita através de mutirão, que limitou o alcance dos resultados nesse último ano do projeto. A assessoria técnica também foi limitada por conta da equipe enxuta e algumas ações coletivas como as feiras, foram paralisadas por um longo tempo, diminuindo a geração de renda monetária das famílias.

Indicador 3.2: *Através da melhoria das instalações de duas unidades de processamento e beneficiamento das frutas, para adequação as normas e padrões obrigatórios, às famílias conseguem uma melhor renda familiar*

Meta parcialmente alcançada, pois uma unidade está em construção de acordo com as normas sanitárias, com previsão de acabamento em maio de 2021. No segundo ano do projeto, foi finalizada a construção da sede do Grupo de Mulheres Josinas de Fibra, localizada na comunidade Centro da Josina, município de São Luís Gonzaga. Continua o desafio de finalizar as instalações da já citada unidade de processamento e beneficiamento, mas a ACESA avançou na preparação dos beneficiários, com realização de oficinas sobre processamento e beneficiamento de frutas, incluindo boas práticas e manuseio dos alimentos.

A avaliação também aponta para o cumprimento do **objetivo específico 4**, que trata da **meta que agricultores e agricultoras familiares exerçam sua cidadania, atuando nos espaços de participação política**. A atuação da ACESA, a partir do projeto, da sua articulação em rede e em parceria com outras organizações contribuiu para o alcance desse objetivo.

Porém, cabe salientar que os desafios vivenciados no atual contexto brasileiro e na própria pandemia da Covid-19, apontam que esse objetivo ainda é atual e que **a ACESA se torna cada vez mais necessária como organização que fomenta o empoderamento da homens e mulheres agricultores/as para o exercício de sua cidadania**. Isto pode ser ilustrado a partir da análise das metas dos indicadores que compõem esse objetivo.

Indicador 4.1: *50 agricultores/as pautam assuntos para melhoria de sua situação de vida nos conselhos municipais.*

Meta alcançada, pois a ACESA contabiliza 100 pessoas que participam desses espaços. No segundo ano do projeto, as famílias continuaram participando de diversos espaços de discussão e controle social, e esse feito tem contribuído com a formação política, social, econômica e ambiental das famílias. E partir dessa prática, as famílias estão se organizando politicamente e adquirindo conhecimentos e consciência política de sua função social. Atualmente a ACESA está participando de alguns conselhos, sendo eles espaços que discutem e definem questões de suma importância para a sobrevivência das famílias e para o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica.

Um destaque foi a continuidade da realização do Fórum de Agricultores/as, atividade muito valorizada pela base de atuação da ACESA. Por questões orçamentárias, essa atividade não estava contemplada no projeto, mas foi resgatada e realizada com outros recursos (veja item 4.5), conseguindo assim trocar experiências e reflexões sobre estratégias para inserção dos/as agricultores/as nos espaços de formulação e monitoramento de políticas públicas.

Indicador 4.2: *Cinco jovens ocupando os espaços deliberativos da ACESA.*

Meta alcançada. Verifica-se que na ACESA há um crescente entendimento que os/as jovens precisam passar por processos de formação, para que assim reconheçam e reivindiquem seus direitos nos aspectos sociais e políticos. Dois (02) jovens são **membros atuantes da diretoria da ACESA**. Outros **jovens estão envolvidos/as nos processos de discussões da instituição, como o GT de Juventudes da RAMA**. A ACESA vem trabalhando, no sentido de envolver os/as jovens nas atividades produtivas, tendo como exemplos, a participação 2 jovens na elaboração de projetos para a chamada pública do PNAE; parcerias com outras organizações para realização de trabalhos para o empoderamento das juventudes; e a participação ativa dos/as jovens na organização atividades da RAMA e da ACESA.

Uma lacuna identificada diz respeito à **falta indicadores para medir a gestão administrativa e financeira**. Isto inclusive se reflete na composição da equipe da ACESA, que atualmente tem poucas pessoas que são responsáveis por essa gestão, com a pessoa responsável pela área financeira assumindo muitas atividades que extrapolam suas funções. A avaliação alerta sobre a **necessidade de reforçar a gestão administrativa financeira**.

A compilação desses indicadores revela um amplo e significativo alcance das metas estabelecidas, dos projetos da Misereor, dos projetos da Kinder e das ações emergenciais relacionadas à pandemia da Covid-19. Esses dados compõem o Anexo 10.

Sobre **os fatores que influenciaram positivamente o alcance dos objetivos**, tem-se:

- *Melhoria efetiva nos setores produtivos, com investimentos feitos a partir das necessidades, como por exemplo, um viveiro de mudas, que além de diversificar os recursos das propriedades, permitiu a doação de mais de 700 mudas frutíferas e madeiras para outras famílias, escolas e organizações parceiras.*
- *Várias capacitações voltadas para o empoderamento das mulheres, como àquelas realizadas para o Grupo de Mulheres Josinas de Fibra.*
- *Avanços na comercialização, através das feiras agroecológicas e da busca pelo selo sanitário, como o SIM em Lago Verde.*
- *O acesso às políticas públicas como o PAA, o PNAE e o PGPM-Bio em Lago Verde e São Luiz Gonzaga, que passaram funcionar a partir do projeto.*
- *Trabalho com as crianças, contemplando as comunidades mais carentes. O trabalho gera aprendizados como a coleta de lixo, plantio de árvores e respeito ao meio ambiente. Preservação dos lagos, que são áreas comuns de lazer e uso coletivo.*
- *Participação dos/as agricultores/as em todos os espaços institucionais da ACESA.*

Um ajuste importante realizado durante a execução do projeto foi contratação de assessoria para implementação dos SAF's, possibilitando assim a ampliação da escala de experimentação dos SAF's. Os SAF's se constituem numa grande oportunidade para enfrentar os impactos ambientais negativos na Amazônia e Cerrado, já que se caracterizam como uma estratégia comprovada para o enfrentamento dos desmatamentos e queimadas.

Quanto aos fatores que **influenciaram negativamente o alcance dos objetivos**, tem-se:

- *Incidência política prejudicada, a partir da paralisação e restrição do funcionamento dos conselhos. Alguns funcionaram de forma remota, mas tiveram redução de atividades e inclusive dificuldades na renovação e posse de novos membros.*
- *Com a pandemia, as atividades dos clubinhos foram suspensas. Com a volta das atividades nas igrejas, o acompanhamento às crianças tem sido feito de forma indireta, através dessas atividades*

Com o advento da **pandemia**, a ACESA suspendeu todo o trabalho de assessoria, acompanhamento técnico e social junto as famílias, afetando diretamente alguns ciclos importantes para os/as agricultores/as (colheita do arroz em regime de mutirão, trabalho com as hortaliças em período chuvoso, acompanhamento das ações de formação junto às crianças, adolescentes e jovens oriundos das EFAs, orientação quanto a implementação dos SAF's e agroquintais e monitoramento do acesso as políticas públicas, como os programas institucionais). Porém, os processos de produção seguiram seu ritmo, embora, com orientação técnica reduzida, de forma virtual, que foi limitada pelas péssimas condição da internet nas comunidades rurais. Isso levou a ACESA a realizar os seguintes ajustes no percurso da intervenção, que também se caracterizam como aprendizados:

- a. *Apoio para as famílias acessarem o auxílio emergencial, realizando cadastramento das pessoas que tinham dificuldades para tal.*
- b. *Inclusão digital, com a instalação de 2 pontos de internet em duas comunidades onde o índice de violência é alto, aumentando assim a possibilidade de realização de denúncias. Essas comunidades são bem pobres e ficaram isoladas na pandemia. Essa iniciativa também possibilitou a participação das mulheres nas reuniões virtuais, durante a pandemia.*
- c. *Capacitação da diretoria para uso das plataformas virtuais de comunicação.*
- b. *Incremento nos processos de mobilização de recursos para apoio emergencial às famílias, como a parceria com a Missão Franciscana para doação de alimentos,*

- materiais de proteção e limpeza, que beneficiou uma comunidade, com 60 cestas de alimentos e produtos. Confeção e distribuição de máscaras para 98 famílias*
- c. *Realização de uma série de vídeos e podcasts sobre a pandemia.*
 - d. *Maior cuidado com o preparo dos alimentos, com mais higiene; e ampliação do uso de remédios caseiros.*

4.3 Critério 3: Eficiência do Projeto

Nesse terceiro critério, deseja-se avaliar a eficiência da intervenção da ACESA, respondendo como os recursos disponibilizados para os projetos estão ou foram utilizados. Também se analisa como a ação realizada pela ACESA produziu, ou tem probabilidade de produzir, resultados de maneira econômica e oportuna. A entrega “oportuna” está dentro do prazo pretendido, ou de um prazo razoavelmente ajustado às demandas do contexto em evolução, incluindo a avaliação da eficiência operacional. Procura-se avaliar o custo/benefício da relação entre os produtos, serviços e recursos investidos.

De uma forma geral, pode-se afirmar que **a ACESA é uma organização eficiente**, tanto na execução dos projetos da Misereor e institucionalmente como um todo.

A primeira análise feita é **sobre os custos disponibilizados para a realização do trabalho**. Segundo dados o último relatório de auditoria, realizado pela Audiconta, o percentual total de pessoal para pagamento da equipe chega a **53% do total dos custos realizados**. Como os serviços de contabilidade estão inseridos nesse percentual, o custo direto com equipe executora do projeto cai para um pouco mais de 51%, o que está nos padrões médio de percentuais para essa rubrica, especialmente porque a equipe é contratada em regime de CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas, com carteira profissional assinada, quando encargos sociais consome parte significativa desses recursos (34%).

Fazer esse preâmbulo é importante porque no subcapítulo 4.1 foi **ênfaticamente que a equipe que executa o projeto de Misereor é muito bem avaliada por todos parceiros e pela própria auditoria**, em termos de compromisso, eficiência e competência técnica, constatando assim que a relação custo-benefício é bem favorável, pois as remunerações salariais estão abaixo do mercado de trabalho, para esse perfil e qualidade da equipe.

É essa qualificação da equipe que faz com que os produtos e atividades do plano de ação do projeto e outras ações institucionais sejam realizadas de acordo com os prazos e com os valores disponíveis no orçamento aprovado pela Misereor. Isto pode ser comprovado nesse mesmo relatório da auditoria, que apresenta **o cumprimento de todas as condições para uma gestão eficiente**, não observando desvio de finalidade na utilização de recursos, nem tampouco remanejamentos inadequados de rubricas orçamentárias.

Sobre os mecanismos utilizados para monitorar a execução financeira dos gastos, a mesma auditoria foi útil para confirmar **o crescente acompanhamento realizado pela diretoria**, de forma mais efetiva e sistemática, a partir do apoio da auditoria e da contadora. Isso poderia parecer óbvio, mas este destaque é relevante, pois 100% da direção e do Conselho Fiscal é composto de agricultores/as. Destaca-se a iniciativa da coordenação e da secretaria administrativa financeira da ACESA, em potencializar as auditorias como processos de fortalecimento das capacidades da direção, do conselho fiscal e da equipe para uma execução financeira eficiente. **O conselho fiscal não funcionava e começou a funcionar a partir dessa contribuição dada pela auditoria, mesmo que ainda apresente dificuldades e por isso ainda necessita investimentos para aprimorar esse funcionamento.**

Também se constata há espaços para melhorar desse funcionamento, como a **elaboração de indicadores e meios de verificação para o monitoramento administrativo e financeiro**, conforme enfatizado no tópico anterior, que trata da eficácia.

Ainda sobre a gestão administrativa e financeira de projeto, ACESA vem acumulando expertises, **conseguindo fazer uma gestão financeira muito adequada**. A ACESA geriu projetos com recursos do Fundo Amazônia mobilizados pelo ISPN - Instituto Sociedade, População e Natureza, que tem no seu escopo, algumas exigências desafiadoras. Nesse, ACESA tornou-se uma referência de como utilizar bem essa modalidade de recursos, inclusive possibilitando a compra e aquisição de produtos das famílias nas comunidades, prestando contas de maneira adequadas às exigências desse fundo, sendo acionada pelo ISPN para apoiar outros projetos que demandaram orientações para essa finalidade, a partir de exemplos práticos de gestão financeira dos recursos do Programa PP-ECOS - Paisagens Produtivas Ecosociais. Mesmo que essa experiência se reporte a outra organização financiadora, **essa expertise só foi possível por conta dos processos de fortalecimento das capacidades da equipe**, a partir das auditorias realizadas com o apoio da Misereor.

Esse exemplo ilustra o compromisso que a ACESA tem em compartilhar conhecimentos e expertises, seja no campo da ação programática, seja no campo do desenvolvimento institucional. Outro exemplo foi o lançamento virtual da pesquisa sobre violência doméstica, que mobilizou 6 organizações e 231 mulheres, o que demonstra **essa capacidade da ACESA em aglutinar as organizações**. O evento virtual de lançamento dessa pesquisa, em novembro de 2020, teve a participação de **47 representantes de** organizações da RAMA, movimentos sociais, movimentos feministas de mulheres, ONGs e redes de atuação nacional; o Conselho Estadual da Mulher; organizações estatais, como Casa da Mulher Brasileira, Patrulha Maria da Penha, Ministério Público Estadual; representação da Deputada Daniela Tema; além do FAU – Fundo de Apoio Urgente da América Latina e Caribe e da própria Misereor.

Isso também se reflete nos apoios dados aos grupos e organizações que estão na sua base de atuação, como os clubinhos, o Grupo de Mulheres Josinas de Fibra e os parceiros estratégicos de longa data, que são as EFA's, de forma bilateral ou através da UAEFAMA - União das Associações das Escolas Famílias Agrícolas do Maranhão. No caso das **Mulheres de Fibra da Josina**, a ACESA deu todo apoio e orientação para a constituição do grupo, bem como assessora sistematicamente o grupo para o funcionamento e gestão, inclusive na constituição de um fundo de reserva, que funciona como capital de giro. No caso da **UAEFAMA**, essa relação é bilateral e há uma participação recíproca em momentos-chaves da vida institucional das duas organizações, como as assembleias, quando as ações de cada organização e da parceria são avaliadas e replanejadas.

Uma representante da UAEFAMA considera esse movimento muito positivo quando diz que *“a ACESA participa ativamente das Assembleias da UAEFMA e nós ficamos muito confortáveis com a presença da ACESA nos nossos momentos de planejamento e avaliação, pois temos um diálogo muito confortável”*. Essa interação da ACESA se dá também através das visitas técnicas às escolas, nas formaturas e assembleias das EFA's (duas por ano). A assessoria da ACESA não se restringe a questão produtiva, mas também nos processos de constituição das associações que criam gerem as EFA's, como a Escola Profissionalizante de Ensino Médio, quando participou de todo passo a passo de criação, com a escolha do local, constituição jurídica, plano de trabalho e outras providências para essa constituição.

Mesmo sem ter indicadores explícitos para essa finalidade, a ACESA **realiza o monitoramento financeiro das contas dos projetos que executa**. Esse monitoramento segue os padrões contábeis e foi construído a partir das recomendações e orientações da auditoria. **Pode-se considerar que essa estrutura de monitoramento se encontra num nível satisfatório**. A partir dessas orientações, foram inclusive feitas mudanças na contração do serviço de contabilidade, que apresentava várias falhas e inconsistências.

Quando se analisa como a instituição **compartilha os aprendizados e outros conhecimentos**, a avaliação constata que a ACESA, mesmo sem ter um profissional de comunicação em sua equipe, **divulga bem o que faz**, em especial os conteúdos que são trabalhados. Isso levou a ACESA a construir **um plano de comunicação** que foi inserido no seu último planejamento estratégico, a partir de um apoio do ISPN. O site da ACESA sempre faz referência aos financiadores e aos parceiros. Não faz diferença entre essas parcerias e sabe como valorizar todas elas. Isso aglutina. Tem uma postura de transparência, com a publicação dos relatórios anuais e outros documentos importantes.

Além dessas estratégias estritamente comunicacionais, a ACESA também é uma organização reconhecida por compartilhar, de forma muito horizontal, os aprendizados e experiências exitosas, e assim, a cada dia se consolida como referência em agroecologia. Isso é decorrente das **seguintes iniciativas**:

- *Os estágios, projetos e outras ações de extensão com o LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo e outros cursos da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Em outubro de 2019, a UFMA organizou o Congresso Regional Nordeste da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia Rural, quando a ACESA contribuiu com a realização de uma Feira Agroecológica, envolvendo outras organizações da RAMA. Nessa e noutras feiras realizadas em eventos da UFMA, a ACESA possibilita a participação de agricultores/as, com seus produtos e conhecimentos.*
- *Através da RAMA, que funciona tanto como espaço de articulação como de comunicação, a partir dos GT's, que tem grupos de whatsapp que são utilizados muito bem para divulgar ações e compartilhar aprendizados.*
- *Os encontros sistemáticos da Rede também funcionam como um canal importante de troca de experiências e aprendizados e da realização de feiras agroecológicas.*
- *Participação ativa dos/as agricultores/as na vida das EFA's e UAEFAMA, incluindo as atividades realizadas com as universidades, a partir da interação com a ACESA.*
- *Os intercâmbios entre as comunidades, externos dos territórios e em parcerias com as organizações e GT's da RAMA, tanto financeiramente, como programática.*

4.4 Critério 4: Efeitos diretos e indiretos gerados pelo projeto

Esse critério pode ser considerado o mais importante para essa avaliação, pois diz respeito aos impactos gerados, que aqui assumem o mesmo significado de **efeito** e é sinônimo de **mudança duradoura**. A questão chave trabalhada nesse critério diz respeito ao diferencial produzido, a partir da intervenção realizada pela ACESA, na vida das pessoas que são os sujeitos priorizados, nas comunidades, nas políticas e na sociedade como um todo. O impacto aborda a importância final e os efeitos potencialmente transformadores a partir da intervenção da ACESA através dos apoios e parceria com a Misereor. Aqui se busca identificar efeitos **sociais, ambientais, econômicos, culturais e políticos**, que são acumulados ao longo prazo e mais amplos daqueles avaliados a partir do critério de eficácia.

A primeira dimensão desses efeitos diz respeito à **ampliação da conscientização sobre os direitos e a capacidade, organização e mobilização** das comunidades e sujeitos de direitos para reivindicar e usufruir de seus direitos, ou seja, como a ACESA participa e contribui no **empoderamento** desses sujeitos.

Segundo a consulta feita a partir dos questionários aplicados, percebe-se que a estratégia de acompanhamento e assessoria técnica realizada pela ACESA é **geradora de efeitos positivos** pois, *87% avaliam que a assessoria contribui para melhorar a produção; aproximadamente 72% avaliam que essa assessoria contribui para o beneficiamento da produção e mais de 56% consideram que a ACESA possibilita que as famílias acessem os mercados institucionais, como PAA e PNAE; e quase 70% consideram que esse*

acompanhamento é importante para a melhorar o beneficiamento da produção. Esses percentuais e de outras dimensões avaliadas nessa parte da avaliação estão em gráficos ilustrativos que compõem o Anexo 11.

Esse empoderamento é decorrente da **capacitação e formação técnica e política** (treinamentos, encontros, cursos, seminários e intercâmbios), especialmente no **âmbito da produção**, sendo que *79% das pessoas abordadas consideram que essas atividades contribuíram para a implantação de quintais e pomares produtivos; 75% avaliam que melhoraram sua produção animal a partir dessas capacitações; e quase 65% avaliam que essas capacitações foram essenciais para a implantação dos SAF's.* Quando se analisa o **beneficiamento da produção**, a contribuição positiva da capacitação e formação técnica situa-se entre *45% (produção de remédios) e 65,3% (produção agroecológica) sendo 63,3% relacionados à produção animal; e 49% da produção extrativista).*

Em relação **ao acesso a mercados**, os resultados ainda não são tão relevantes como as dimensões anteriores, mas esses processos de capacitação contribuem diretamente para que **55% das famílias tenham acesso aos diferentes mercados**, sendo que *quase 60% já participam de feiras agroecológica e 49% já estão mobilizadas para acessar o PNAE, 35% já acessaram o PAA e o PGPM-Bio e 41% consideram que a dimensão da alimentação escolar contribui para fortalecer a educação contextualizada.*

A partir desse panorama, pode-se afirmar que as estratégias utilizadas pela ACESA contribuem diretamente para o **fortalecimento dos sujeitos de direitos** em relação uma **maior conscientização sobre os direitos e uma maior capacidade de organização para reivindicar esses direitos**, pois esses processos desenvolvidos *apoia à organização das mulheres, segundo 68% das pessoas entrevistadas; melhora a organização comunitária, na opinião de 56,3% dessas pessoas; 33,3% reconhecem uma contribuição direta na elaboração e gestão de projetos comunitários; 50% afirma que apoia a organização das juventudes; e 48% que apoia a organização de crianças e adolescentes.*

Assim, **consolida-se um método de acompanhamento e trabalho com as famílias** no sentido de garantir o **acesso a todas as famílias associadas**, pois em determinado período da história da ACESA, os benefícios gerados eram mais restritos e mais concentrados em algumas famílias. Atualmente, há mais participação, com maior número de associados/as, que estão mais fortalecidos politicamente, participando de forma mais ativa nas decisões da organização; e com mais conhecimentos sobre os direitos, que são trabalhados sistematicamente nas atividades de formação com as famílias e nas instâncias da ACESA.

Mesmo com esse êxito identificado, também pode-se avaliar que **os processos de formação ainda não estão finalizados** e que necessitam ter continuidade ao longo prazo, **especialmente para atender a lacuna de ampliar escala do número de famílias atendidas**, que foi verificada no critério da relevância, pois essas contribuições vem gradativamente contribuindo para a **promoção dos direitos das famílias mobilizadas** quando, segundo dados do questionário, *77% reconhecem contribuição na promoção da segurança alimentar e nutricional; 71,4% apontam contribuição para a promoção dos direitos das mulheres, sendo que mais de 65% consideram que isso influencia no enfrentamento das violências de gênero; 59% avaliam que a ACESA facilita a promoção dos direitos das juventude e esse mesmo percentual é apontado no tocante à promoção da igualdade racial; 55% avaliam que a ACESA tem uma contribuição para a promoção do direito à educação contextualizada; e 53% consideram que o trabalho contribui para a promoção dos direitos das crianças e adolescentes. Esse mesmo percentual se expressa no tocante ao fortalecimento da identidade camponesa e enquanto povos e comunidades tradicionais.*

Esse efeito é através com o depoimento de Cleonice, agricultora sócia da ACESA e participante do Grupo de Mulheres Josinas de Fibras, quando diz: *“antes de eu ser sócia da*

ACESA, não desenvolvia o trabalho com a agroecologia e o respeito pelo meio ambiente. Com a ACESA, ampliei meus conhecimentos e aprendi a trabalhar nessa perspectiva. Antes, a gente era vista como pessoas sem conhecimento. Hoje, a gente é vista como pessoas que tem conhecimentos a partir do que a gente faz e produz”.

Figura 7 – Agricultora Cleonice. Print do vídeo entrevista.



Sobre os **direitos das mulheres**, percebe-se que a partir de experiências como o Grupo Josinas de Fibras, as mulheres estão gradativamente ampliando seus horizontes a partir do acesso a novos conhecimentos e novos aprendizados, procurando trabalhar novos produtos como o artesanato da fibra bananeira e realizando intercâmbios. Essa interação com outras pessoas fortalece o empoderamento individual e coletivo, suas capacidades e reflete na valorização desses mulheres e enquanto sujeito, inclusive com aumento da autoestima.

Cabe valorizar o investimento que o ACESA tem feito no tocante ao **enfrentamento das violências praticadas contra as mulheres**, que se constitui num grande desafio no mundo rural. Nos dois últimos projetos realizados pela ACESA, esse investimento traduz especialmente na realização da campanha “com violência doméstica não há agroecologia”, que vem dando muita visibilidade e aglutinando várias organizações construção de para a sua prevenção e enfrentamento das violências. O reconhecimento dessa iniciativa foi confirmado com a aplicação dos questionários, quando mais de **80% afirmaram que a violência doméstica e familiar diminuiu** a partir dos trabalho desenvolvido pela ACESA.

Essas mudanças são explicadas a partir da assessoria e capacitação realizada pela ACESA, que com um maior acompanhamento, com um maior acesso a conhecimentos e com mais repasses de informações sobre os direitos das mulheres, a consciência dos sujeitos vem crescendo e assim, estabelecendo mais canais de diálogo e o respeito mútuo, que estão sendo a cada dia mais valorizado na comunidade e na família. Verifica-se a ampliação do autocontrole em algumas situações, com a diminuição das brigas e uso excessivo de álcool.

Porém, **não deve haver relaxamento no trato desse problema**, pois algumas dessas pessoas explicitaram que a violência continua e muitas daquelas que negaram a existência dela, **negam por uma questão moral, de medo e opressão**.

É notório o reconhecimento que a ACESA tem contribuído diretamente para a ampliação desse debate, a partir de sua **participação no GT de Mulheres da RAMA**, especialmente quando foi realizado um estudo sobre como essas violências se expressam no meio rural, cuja publicação **gerou um grande impacto**, a partir de uma ampla participação de setores da sociedade civil, representações dos movimentos de mulheres, movimentos camponeses, diversos órgãos governamentais e da cooperação internacional (ver item 4.3).

Esse estudo tem sido um importante instrumento para a consolidação de uma rede de apoio às mulheres que são vítimas de violência, como a implantação de dois pontos de internet

em comunidades onde esse acesso é mais precário, possibilitando que as mulheres dessas comunidades tenham mais oportunidades para realizar denúncias e atuar em rede nesse enfrentamento à violência. Também pode-se destacar a **sensibilização da Misereor**, que já sinalizou interesse para apoiar desdobramentos que fortaleçam as estratégias de enfrentamento desse problema. Essa pesquisa e o seu produto (relatório publicado) **serve como linha de base** para pensar ações de enfrentamento das situações identificadas, como os protocolos de cuidados para o enfrentamento da violência e do racismo

Cabe destacar que essa pesquisa foi realizada no contexto da pandemia da Covid-19, cuja dimensão da violência doméstica se avolumou, contribuindo assim para romper um “isolamento social” dessas mulheres em torno dessa reflexão, a partir da realização de atividades que não poderiam ser feitas de forma isolada.

Reforçamos aqui a **lacuna da abordagem de raça**, já avaliada no critério da relevância, pois em concordância com o movimento feminista, é imprescindível uma abordagem interseccional, contemplando gênero, raça e classe para o enfrentamento da pobreza. Nesse processo avaliativo conseguimos identificar apenas um caso exitoso de trabalho da ACESA, relatado pelas educadoras dos clubinhos, que trabalhou esse tema mais de uma vez em Santa Luzia e Barraca Queimada, que são comunidades onde maioria das pessoas são negras. Barraca Queimada era conhecida como “Barraca dos Pretos” – apelido que influenciava a evasão das crianças que precisavam estudar numa outra comunidade ou na sede do município, pois os/as adolescentes e jovens tinham vergonha de irem estudar fora dessas comunidades pois percebiam o racismo quando associavam “que a barraca era queimada porque eram dos pretos” As atividades educativas do clubinho contribuíram para enfrentamento desse racismo e essa evasão diminuiu significativamente

Quanto os **direitos das crianças e adolescentes**, também se verifica um crescente processo de geração de efeitos positivos, que são resultados do investimento realizado na promoção do direito à educação, seja ela no ponto de vista ambiental, através dos clubinhos da árvore, seja da promoção da educação contextualizada, a partir das EFA’s. As crianças e adolescentes estão mais conscientes de seus direitos e estão atuando de forma mais efetiva enquanto sujeitos de direitos, cuidando melhor das suas casas e das suas comunidades, em relação à produção e o destino do lixo. Percebe-se que **as crianças estão mais empoderadas e valorizando o trabalho de educação ambiental**, atuando como agentes de mudanças, inclusive perante as pessoas adultas das suas famílias.

Esse trabalho tem promovido **consciência ambiental** diferenciada, quando as crianças produzem mudas de plantas nativas e frutíferas que servem para enriquecer a biodiversidade das propriedades dos pais e são doadas para outras comunidades que não tem clubinhos. Um exemplo de mudança relevante realizada no dia do Meio Ambiente, quando foi feita uma ação conjunta do clubinho com a escola da comunidade de Santa Luzia, em Lago Verde, que visitaram um lixão que existia no entorno de outra comunidade, cuja com mobilização e denúncia, resultou na **remoção do lixão desse local**, pela prefeitura.

Isto também se revela no resultado dos questionários aplicados, quando 100% das pessoas afirmaram que estão cuidando melhor do meio ambiente: *organizando melhor o lixo; gerindo melhor o uso de plástico e reutilizando a parte orgânica de diversas formas; conservando a área de reserva, diminuindo o desmatamento, reflorestando e preservando as nascentes; evitando queimadas e deixando de usar veneno na produção.*

Além dos temas ambientais, os clubinhos também trabalham outros Direitos das Crianças e Adolescentes, como a **prevenção da violência**, incluindo parceria com os conselhos tutelares, contribuindo para que **as comunidade passassem a debater esse e outros temas** no âmbito dos direitos das crianças e adolescentes. Um tema estratégico diz respeito aos direitos das **crianças e adolescentes com deficiência**. Esse tema foi abordado, mas não conseguiu ter a mesma força de dos outros temas trabalhados. Nas comunidades tem

crianças com deficiência, mas há um desafio de incluí-las nos clubinhos. Ainda não se conseguiu incluir nenhuma criança, pois os pais dificultam a participação. Apesar disto, percebe-se o desejo das crianças dos clubinhos para trabalhar essa inclusão.

Também se constata **crescente mobilização e investimento nas juventudes** para que esse segmento geracional se consolide, a partir do empoderamento social e econômico. Esse investimento se expressa especialmente no **direito à educação** e aqui começamos a analisar os efeitos gerados pela ACESA no tocante **às melhorias de condições de vida das pessoas beneficiárias de sua atuação**. Na enquete realizada a partir dos questionários, **63% consideram que teve melhoria no acesso à educação**. Como esse enquete também contemplou famílias não acompanhadas pela ACESA (6,5% avaliam que talvez esse acesso tenha sido ampliado) e como a educação ainda é um dos grandes desafios enfrentados pelas famílias camponesas de todo o Brasil, como as dos estados mais empobrecidos, que é o Maranhão, avalia-se que essa contribuição é muito significativa.

Nas EFA's mobilizadas pela ACESA a partir dos projetos apoiados pela Misereor e Kindermissionswerk, há uma contribuição direta na elaboração de conteúdo didático para as escolas, a partir de realização de atividades com as professoras, que inclusive cedem parte do tempo das aulas para atividades para tratarem de conteúdo abordados pela ACESA. Isso se reflete num aprimoramento da qualidade da educação a partir dos processos de construção dos projetos políticos pedagógicos das escolas, tanto daquelas beneficiadas diretamente, como das beneficiadas indiretamente.

Há um reconhecimento explícito da importância da ACESA para a criação das EFA's, realizada a partir de um contexto de conflitos fundiários, quando se avaliou a necessidade do acesso a uma melhor educação para os/as filhos de agricultores/as, numa perspectiva de educação libertadora. Atualmente esse efeito se expressa na **formação de aproximadamente 240 estudantes por ano**, entre ensino fundamental e ensino médio.

Essa importante contribuição é ressaltada nas falas de Isaque Sousa e José Maciel, monitores da Escola Família Agrícola de Vitorino Freire, quando avaliam que *“a parceria com a ACESA desde o começo da escola é de assessoria, de apoio e orientação para trabalhar de uma forma mais adequada; de trabalhar de uma forma que respeite o meio ambiente, fortalecer a agricultura familiar a partir da agroecologia”* (Figura 8).

Figura 8 – Instalações para criação animal. EFA's Vitorino Freire e Pio XII



Também é importante destacar que essa formação das juventudes, através das EFA's, é uma **contribuição relevante para organizações de jovens rurais**, através da participação dos atuais e ex-alunos/as dessas escolas, em processos de mobilização para enfrentamento do desmonte das políticas sociais, com a redução de recursos para a educação. Essa necessidade de ampliar a luta pelo direito à educação levou a ACESA a fomentar **a criação do GT de Educação**, que tem tido um papel relevante para fortalecer essa dimensão no âmbito da RAMA, de forma articulada com o GT das Juventudes.

Também cabe destacar a participação da ACESA na **II Jornada Pedagógica preparatória do Estágio em Educação do Campo**, realizada em dezembro de 2020, pelo Curso de Licenciatura de Educação do Campo (LEdoC), que teve a RAMA como parceira na realização, ocasião que contemplou a experiência da ACESA, no tema “*Movimentos Sociais e Educação do Campo: o papel do Educador do Campo nas organizações e movimentos sociais camponeses e a participação popular na formação do Educador do Campo*”, num explícito reconhecimento da contribuição da ACESA para os processos de transformação da realidade do campo, a partir da educação contextualizada, que é reforçada pelos estágios oferecidos aos/às estudantes da UFMA, como atesta o depoimento de um professor do LEdoC: “*é uma relação de duplo sentido, onde se possibilita a qualificação do público da ACESA e por outro lado a ACESA contribui na formação dos/as estudantes para uma vivência no campo da educação popular, a partir da agroecologia*”.

Como **limite e desafio no tocante ao empoderamento das juventudes**, foi revelado, de forma explícita, na pandemia, que **o acesso à tecnologia digitais e uso de equipamentos digitais são muito precários** e que as comunidades rurais são muito carentes de informações. Se o acesso fosse maior e melhor, com certeza poder-se-ia ter mais interação com a internet e o trabalho ser mais atraente, tanto na educação, quanto nos processos de empoderamento e participação dos/as adolescentes e jovens.

Ainda sobre as melhorias das condições de vida das famílias, um aspecto que chama muito atenção é a **segurança alimentar e nutricional (SAN)**, ou seja, a **melhoria na alimentação**. Essa é um tônica presente na história da instituição e está cada vez mais fortalecida a partir dos últimos projetos apoiados pela Misereor, através do investimento no desenvolvimento da agroecologia, a partir da produção diversificada e melhor aproveitamento do potencial existente nas comunidades trabalhadas. 94% dos/as participantes do questionário **afirmaram que estão se alimentando melhor a partir do trabalho realizado pela ACESA**. Apenas 4% responderam que não. E esse percentual é menos dos 10% daqueles/as que ainda não são acompanhados pela ACESA. *As famílias estão se alimentando da própria produção; essa alimentação é composta de produtos diversos e o mais natural possível, porque os alimentos são produzidos sem uso de agrotóxico, sendo assim alimentos ricos em nutrientes. b) diminuiu o consumo de produtos industrializados, evitando a compra de alimentos de fora da propriedade, que são contaminados; e c) os alimentos transgênicos foram tirados da mesa.*

Isso representa um efeito gerado a partir de um **maior e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis** nas propriedades e nas comunidades, pois 98% afirmaram que já estão nessa condição e os 2% responderam que talvez estejam nessa condição. Para exemplificar esse efeito, constata-se que as famílias estão: a) *consumindo de forma consciente os alimentos, com a coleta e beneficiamento de frutas, aproveitamento de alimentos por safra e dos produtos que estão disponíveis na propriedade, como os peixes nativos e aproveitando da melhor forma o extrativismo do coco-babaçu, produzindo carvão e azeite; b) utilizando madeira e o babaçu da propriedade para as construções rurais; c) aproveitamento melhor e não desperdiçando a água; d) coletando esterco para usar na plantação e aproveitando melhor os frutos e madeira decomposta para adubar os canteiro; e e) produzindo ração animal dos derivados da própria produção.*

Esses resultados reforçam os aspectos positivos identificados no Critério 1 (Relevância), sobre a abordagem adequadas da ACESA para promover processos de mudança, ratificando a importância da assessoria técnica no acompanhamento às famílias e nas capacitações utilizadas para essa finalidade. Tudo alimentado pela **opção estratégica da ACESA em investir na agroecologia** enquanto paradigma para a promoção do desenvolvimento sustentável nos territórios trabalhados, numa perspectiva ampla que contempla aspectos técnicos, culturais, sociais, ambientais e econômicos.

As **melhorias no campo econômico** estão se consolidando. Dados dos questionários aplicados, **constatam que quase 92%** das famílias afirmaram positivamente que **tiveram sua renda melhorada**, sendo que mais 6% não conseguiram opinar e por isso, esse percentual positivo pode ser ainda maior. Quando se avalia o patamar desse aumento, dentre 14 pessoas que estimaram um 5 delas tiveram um **aumento de renda** entre 10 e 30%; 4 delas, aumento entre 50 e 60%; e 5 delas constataram um aumento entre 70 e 100%. Como a avaliação não pode fazer uma averiguação in loco, essa mensuração pode revelar inconsistências, agravado pelo fato da **ACESA não disponibiliza meios de verificação aplicados especificamente para essa finalidade**. Porém, a partir da experiência do consultor, **estima-se que esses valores tendem a ser maior**, pois quando se pensa em renda, os/as agricultores/as se limitam a pensar em renda monetária, ou seja, dinheiro vivo, não contabilizando assim, a renda não monetária, a economia a partir da alimentação e do consumo de bens produzidos nas unidades produtivas e de todos os produtos que são solidariamente trocados entre as famílias.

Tanto as respostas qualitativas dos questionários, como os depoimentos gravados nos vídeos revelam que esse aumento é decorrente:

- **Da produção diversificada:** a) que contempla agricultura, hortaliças, animais (peixe, porco e galinha); b) produção de frutas, seja in natura como em forma de doces, como do tamarindo, que é muito vendável, e em forma de polpas.
- **Do beneficiamento da produção:** a) especialmente de polpas de frutas e produção artesanal, como da palha da banana e a partir das palmeiras de babaçu; b) produção de remédios caseiros.
- **Da comercialização da produção** gerando assim renda para família: a) a produção de alimentos em grande escala, vem possibilitando que a ACESA junto com outros órgãos comercialize esses produtos para o PNAE, destinando os mesmos para a alimentação escolar; b) comercialização direta nas feiras agroecológicas; e c) acesso ao PGPM.

Um estudo de caso feito pela Assema – Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão e pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária com família de Reinaldo Soares e Elisângela Furtado (Figura 9) comprova os impactos positivos da diversificação produtiva agroecológica, revelando que a intensificação dos cultivos consorciados, especialmente de hortaliças e SAF's **ampliou a renda familiar** e gerou uma economia de 25% de despesas a partir do consumo própria da produção, especialmente a alimentação e a produção de madeira para as instalações rurais.

Figura 9 – Reinaldo Soares em sua propriedade diversificada.



Quando se avalia como essa **melhoria da renda gerou benefícios** para as famílias tem-se exemplos emblemáticos relatados pelos/as participantes da enquete, como *contribuição para a compra de propriedades, construção, reforma e compra de casa*

própria; investimento direto na produção, com aquisição de insumos para produção animal. Aquisição de bens e equipamentos, como reboque e máquina despulpadora; aquisição de veículos e meios de locomoção como motocicleta, carro e cavalo; melhoria da infraestrutura de produção, como a construção de galpão, escavação de poço artesiano, unidade de beneficiamento de polpas de frutas; e pagamentos de despesas com diárias de serviço, educação, saúde e outras contas rotineiras.

Uma sistematização da experiências realizada **com quatro mulheres**, no período de 2013 a 2017, sobre sua produção de hortaliças e frutas; beneficiamentos de alimentos e tratamento da palha da bananeira para artesanato, nos **quintais agroecológicos** (produção ao redor de casa), apresentaram os seguintes efeitos para essas mulheres:

- **Ampliação e diversificação da produção** de hortaliças, frutas e artesanato. Houve o aumento das vendas com a participação em feiras e acesso ao PNAE.
- **Aumento da renda individual e das famílias**, a partir dos quintais, da agroecologia e das feiras. Isso fez crescer o respeito por essas mulheres em casa e na comunidade, ampliando a independência financeira e fortalecendo a autonomia.
- Reconhecimento dessas mulheres **enquanto um sujeito político e econômico**, que luta por igualdade, direito a água, mercado justo. Esse empoderamento econômico é resultado do envolvimento na agroecologia e nos movimentos de mulheres, com aprendizados a partir de intercâmbios, oficinas, seminários e viagens.

É importante pontuar a importância do **Grupo Josinas de Fibra**, no que diz respeito ao **empoderamento econômico**, sendo ele criado a partir de experiências individuais, mas que foi aprimorado enquanto **empreendimento coletivo**, a partir do apoio da ACESA, que viabilizou sua existência, aproveitando o potencial da comunidade onde está localizado o grupo, que é o maior produtor de banana do município de São Luís Gonzaga do Maranhão.

Além dessas iniciativas coletivas, também foram identificamos muitas mulheres que avançaram enquanto produtoras e empreendedoras, a partir da agroecologia, dos processos de beneficiamento e comercialização, como é exemplo de Severina dos Santos (Figura 10), que relata que *“com o plantio de fruteiras e SAF’s e com o beneficiamento das frutas, a partir do apoio da ACESA, tivemos nossa renda familiar ampliada. E isso, vem estimulando outras famílias e mulheres a plantar mais fruteiras para essa finalidade. O resultado é gratificante para mim, porque estou ensinando outras pessoas”*

Figura 10 – Agricultora Severina dos Santos, em sua unidade familiar de beneficiamento



Outra melhoria nas condições de vida das famílias e que também faz parte da identidade histórica da ACESA, é a **promoção e acesso a saúde de qualidade**. Quase 90% dos/as participantes da enquete declararam que tiveram a **saúde melhorada** a partir das ações do projeto. Essa melhoria se manifesta a partir: a) do **consumo de alimentos naturais e saudáveis**, incluindo o manejo para produção e estímulo desses alimentos e isto vem

impactando positivamente na diminuição da desnutrição infantil; b) da **diminuição do uso de veneno na plantação**. Isto serviu para a prevenção e o consumo de alimentos livres de agrotóxicos, melhorou a saúde; e c) do aumento do **uso de remédios de plantas medicinais** para prevenção e para a cura de doenças.

Outro aspecto bastante enfatizado pelas pessoas que conhecem o trabalho da ACESA é sua grande **capacidade em estabelecer, cultivar e fortalecer parcerias** nos campos considerados estratégicos para sua missão. Isso colabora decididamente para que sejam alcançadas mudanças relacionadas ao **aumento de organização e ações da sociedade civil**, aliados e parceiros no apoio às ações das comunidades e dos sujeitos de direitos da base de atuação, que na abordagem de direitos se define como **solidariedade política**. Essa solidariedade se expressa no âmbito das campanhas realizadas pela ACESA, a partir do seu planejamento estratégico, bem como na sua atuação em rede e parcerias estabelecidas para a realização de ações comuns. A mais recente é a Campanha “Com violência doméstica não há agroecologia”, que já foi relatada tratada anteriormente.

Essa campanha foi lançada no dia 19 de novembro, no âmbito dos 30 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres camponesas do Maranhão, sendo desencadeada pelas redes sociais, tendo como objetivos combater a violência doméstica, visando o enfrentamento às diferentes formas de violências sofridas pelas mulheres nas comunidades rurais de atuação da RAMA e fortalecer os processos de auto cuidado e proteção às vítimas de violência em suas diversas esferas. Esse tema continua tendo visibilidade a partir do calendário institucional de 2021, que tem esse tema (Figura 11).

Figura 11 – Calendário Institucional 2021



Em meados de 2019, a ACESA lançou a **Campanha sobre Consumo Consciente**, como estratégia para dá visibilidade às ações realizadas pela organização, no âmbito da segurança alimentar, da comercialização solidária e da educação ambiental, mas que também representa a possibilidade da ACESA, de uma divulgação mais ampla, contribuindo com o debate público desse importante tema, influenciando assim a sociedade para a adoção de metas estabelecidas pelo ODS 12.

Essa campanha está atrelada à estratégia de divulgação dos produtos agroecológicos, a partir das feiras e dos eventos realizados nas universidades, quando as mulheres, os/as jovens e todos sujeitos que compõem a agricultura familiar do Mearim **têm oportunidade de apresentar seus produtos e conhecimentos numa escala maior**.

Por fim, cabe destacar o engajamento da ACESA na **Campanha contra Agrotóxicos**, sendo uma das organizações que mais avançaram nessa perspectiva, e que se tornou uma ação permanente na instituição, pois faz parte dos critérios para que as famílias sejam associadas à ACESA, cujos efeitos positivos também já foram apresentados.

No tocante à **Ação em Rede**, todas organizações que foram entrevistadas reconhecem o papel da ACESA e sua contribuição, que é avaliada como muito importante para a RAMA e para a ANA Amazônia. Pode-se avaliar que sem a participação da ACESA, a RAMA dificilmente estaria no mesmo nível de reconhecimento público alcançado, tanto no Médio Mearim, como no âmbito estadual. A RAMA mudou completamente (positivamente) a partir da ação das organizações do Mearim (que são 11), a partir de 2015, inclusive na própria governança (coordenação executiva e novos GT's), tendo à frente a liderança compartilhada com outras organizações, alcançando grande visibilidade e possibilitando a realização de atividades, durante esse difícil período da pandemia, dos GT's de Juventudes, Mulheres e Comunicação. **E esse aprendizado coletivo aponta para um caminho sem volta**

Há um reconhecimento que a ACESA tem uma ação aguerrida e independente na **defesa dos interesses e direitos dos sujeitos de sua base de atuação**, em espaços de embates para definições de políticas, num diálogo franco com o Governo em defesa da agroecologia, mesmo com o perigo de retaliações. A ACESA aposta nessa perspectiva porque acredita que **a sinergia e complementariedade de ação entre as organizações é condição imprescindível para as mudanças** das práticas de gestores/as públicos/as e das políticas públicas de interesse estratégico para sua base de atuação.

É importante salientar que essa aposta não se restringe ao nível da Região do Mearim, nem do Estado do Maranhão, mas é enraizado nos municípios de atuação da **ACESA, que estimula e assessora as lideranças e organizações locais a assumirem o protagonismo** em prol de defesa de seus direitos a partir da incidência política. Porém, como se constata a **participação de apenas 28% das pessoas** em algum conselho ou espaço de elaboração de políticas públicas, **essa representação pode ser ampliada**, nos municípios, a partir dos Conselhos: da Alimentação Escolar (CAE), de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Rural Sustentável, das Juventudes e de Políticas para as Mulheres.

Há um reconhecimento **que mulheres que representam a ACESA** são muito ativas no GT da RAMA, com falas pública embasadas nas práticas locais, percebendo-se assim que há um enraizamento das discussões dos GT nas instâncias institucionais. A fala de uma dessas mulheres está registrada num dos vídeos produzidos para a avaliação⁸.

Também se percebe uma **valorização do papel das mulheres da ACESA** a partir do compartilhamento das suas experiências, seja nos vídeos, estudos, feiras e nos processos de incidência política, como o que foi vivenciado a partir da incidência para entrega da pauta da agroecologia nos processos de eleições municipais, que tiveram as mulheres da ACESA como protagonistas na entrega de desses documentos em diversos municípios do Mearim.

Tudo tem relação nas conquistas em termos de políticas públicas a partir da ação em rede e da incidência política da ACESA, pois **quase 70% das pessoas** que responderam ao questionário, **identificaram melhoria das políticas públicas**. Essas melhoria, dizem respeito a: a) maior reivindicação das políticas públicas de comercialização, com melhoria no acesso ao PNAE e PAA a partir das discussões, capacitações e reivindicações, inclusive com melhoramento da alimentação escolar; b) acesso de algumas comunidades ao PGPM-Bio; c) estruturação das feiras, com melhoria da comercialização e valorização dos produtos da agricultura familiar; d) melhoria na área da educação, através da incidência por mais investimentos em cursos profissionalizantes e para viabilizar esse acesso; e e) apoio para acessar o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial.

No âmbito estadual, identifica-se: a) incidência, de forma articulada com a RAMA, na aprovação da LEI Nº 10.986, de 21 de dezembro de 2018, que institui a Política Estadual de

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=MXOHegLXZ6M&t=148s>

Agroecologia e Produção Orgânica do Maranhão (Peapoma); e b) mobilização de agricultores/as para fornecer produtos para a **composição de cestas básicas** para as populações em situação insegurança alimentar, durante a pandemia, gerando renda para as famílias que entregaram produtos para esta iniciativa (Anexo 8). Cabe salientar que as famílias tinham outros produtos para entrarem na composição das cestas, o que comprova a capacidade de produção, em maior escala, dos/as agricultores/as da base da ACESA.

4.5 Critério 5: Sustentabilidade do projeto

O quinto e último critério que compõe o escopo dessa avaliação externa diz respeito a **durabilidade das mudanças, dos benefícios gerados pela intervenção e a continuidade das ações pós encerramento da ação**. Este critério aprecia sobre até que ponto os benefícios líquidos da intervenção continuarão depois de terminado o apoio financeiro. Essa dimensão dialoga com os demais critérios, ao mesmo tempo que consolida aspectos da sustentabilidade política da ACESA, prioriza aspectos de **gestão e desenvolvimento organizacional**, que inclui o exame das **capacidades financeiras, econômicas, sociais, ambientais e institucionais** para sustentar os benefícios líquidos ao longo do tempo.

No momento em que se realizou essa avaliação, pode-se, identificar que a ACESA vive um momento de constante investimento para **fortalecer sua sustentabilidade**, procurando dá respostas aos desafios que a organização vivenciou anteriormente à implementação dos dois projetos contemplado nessa avaliação. Relatos coletados e a análise documental disponibilizada apontam que, nesse período citado, a ACESA passava por dificuldades gerenciais, que se encontrava isolada politicamente e **com o risco de perder o apoio de seu principal financiador**, que ainda continua sendo a Misereor. A implementação desses dois últimos projetos coincide com mudanças expressivas na governança da ACESA, na sua coordenação, direção e conselho fiscal, que vem **buscando sistematicamente aprimorar e ampliar suas condições técnicas, materiais e financeiras** para poder continuar beneficiando sua base, e fortalecer sua capacidade para gerar efeitos duradouros para as famílias, para as organizações de base, para as parceiras e para a sociedade como um todo.

Do ponto de vista de sua sustentabilidade política, os avanços são expressivos, pois a ACESA **tem resultados robustos no ponto de vista da sustentabilidade ambiental**, tornando-se uma organização de referência no campo das organizações agroecológicas, não só do Maranhão, mas para boa parte da Amazônia e do Nordeste do país. Isso se expressa nas boas práticas e experiências que são desenvolvidas nas unidades produtivas, que foram muito bem detalhadas no tópico anterior. Hoje, pensar em sistemas agroflorestais e preservação do meio ambiente, a partir de práticas sustentáveis no Mearim e no Maranhão, faz-se obrigatório incluir a ACESA, organização que conquistou seu lugar nesse campo.

O fortalecimento das famílias também foi verificado em relação às **dimensões sociais, políticos e sociais**, pois foram identificados **os avanços na melhoria das condições de vida dos diferentes sujeitos que são trabalhados pela ACESA**, com melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e com um crescente empoderamento econômico das famílias, a partir da diversificação produtiva, beneficiamento da produção e acesso à comercialização. Com a melhoria nas condições de vida dos/as associados/as, a organização fica mais sustentável financeiramente, pois as famílias poderão tocar sua vida com mais autonomia, contribuir com doações de produtos e trabalhos nas ações de formação e gestão da organização. **A avaliação externa afirma que maioria das famílias que hoje estão na base de atuação da ACESA não irão retroceder a uma condição anterior**, mesmo que a organização não tenha mais condições de continuar lhes apoiando.

Na dimensão da sustentabilidade política, a ACESA se **consolida enquanto uma organização mista que vem desenvolvendo estratégias adequadas para a promoção**

dos direitos das mulheres, com ações que apresentam resultados significativos na promoção da igualdade de gênero, inclusive no âmbito das redes e espaços que participa.

Porém, quando se avalia os aspectos de **governança e gestão organizacional**, a sustentabilidade da ACESA ainda **apresenta fragilidades** que devem ser explicitadas, no sentido de procurar melhores condições para sua atuação futura. O primeiro aspecto retoma o alcance da sua intervenção na base. Se por um lado, **houve uma consolidação de um grupo de famílias associadas e o cumprimento das metas estabelecidas nos projetos**, também se verifica que a ACESA precisa **se desafiar a ampliar o número de pessoas beneficiadas**, podendo **categorizar as famílias a partir do apoio que necessitam** e assim gradativamente diminuir o ritmo e o tipo de apoio dado a essas famílias.

Do ponto de vista da **gestão estratégica**, cabe destacar o investimento que a ACESA realizou para elaborar seus Planos Estratégicos Participativos (PEP's) e assim consolidar os objetivos, ações e metas de forma articulada e numa perspectiva de ter um documento orientador de sua ação política e para seu desenvolvimento institucional. Analisando os três documentos referentes aos PEP's realizados, pode-se identificar que **há uma aprimoramento nesse processo de planejamento estratégico**, que é elaborado de forma participativa, contemplando a equipe técnica, as instâncias de gestão e representações de famílias e de parceiros, com destaque para a política de comunicação, inserida no PEP atual.

Porém se verifica que essa política demanda um maior investimento para sua concretização e constata-se a **ausência de outras políticas** voltadas para a mobilização de recursos, de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA) e de fortalecimento das capacidades da equipe técnica. Dentre essas ausências, enfatiza-se a necessidade de **desenvolver uma estratégia mais articulada para ampliar a sustentabilidade financeira da ACESA**, pois mesmo reconhecendo que houve e há muitas iniciativas, esse é um campo que se pode avançar muito e assim melhorar as condições materiais e financeiras para realizar o trabalho.

Identifica-se que **foram realizadas diversas iniciativas para a mobilização de recursos**, como campanhas internas; pesquisa sistemática e acesso a editais; busca de novos apoiadores; doação de um percentual do salário; comercialização de alguns produtos em feiras; e economia para realização de algumas atividades. Um exemplo foi a contabilização da contrapartida dada pelos/as agricultores/as para a realização do Fórum dos Agricultores e Agricultoras e da Assembleia Ordinária, ambos em 2019, que resultou numa economia de R\$ 8.902,90, a partir de doações monetárias, doações de alimentos e doações não financeiras (transporte sem reembolso e hospedagem)

Destaca-se **o esforço que a ACESA fez para a compra de sua sede própria**, a partir de uma campanha específica para essa finalidade, realizando várias atividades que atualmente não são tão usuais, como bingos, rifas e contribuições próprias para essa aquisição, que logrou êxito. A ACESA quitou o parcelamento da compra do imóvel, tendo assim, sua sede própria, onde também são realizadas atividades de outras organizações parceiras. Com a aquisição da sede própria, esse lugar, além de ser apenas o escritório da ACESA, poder ser um local de formação, de realização de encontros e até quem sabe, para instalação de um espaço para comercialização de produtos das famílias, das mulheres e dos/as jovens.

Os investimentos de ação em rede, a partir da RAMA; a estratégia de comunicação sistemática e de forma compartilhada com os parceiros tem **gerado um reconhecimento do papel da ACESA e fortalecido sua capacidade de mobilizar mais recursos**. Mesmo que a ACESA não disponha de pessoas dedicadas exclusivamente para essa finalidade, um levantamento feito a partir da demanda do consultor, identificou que no período de 6 anos, foram elaborados 32 projetos, tendo sido aprovados 16, o que representa um resultado positivo. **Foram mobilizados em torno de R\$ 2.201.084,98** (Anexo 9). Esse investimento realizado **não se restringe à mobilização de recursos para o desenvolvimento das suas ações específicas**, mas também para o funcionamento das EFA's, da UEFAMA, das

associações e grupos de base, bem como para fortalecer a ação em rede, a partir da RAMA, no sentido de também **garantir a continuidade das ações de todas essas organizações**, que tem um rebatimento direto no fortalecimento das mulheres, das juventudes e da educação em Rede, fortalecendo assim, a sustentabilidade desses sujeitos.

Obstante todas essas iniciativas, a ACESA ainda depende muito do apoio financeiro da Misereor, mesmo depois de várias décadas. Assim, faz-se necessário **que o diálogo de continuidade da parceria seja aprofundado e que a Misereor possa fortalecer ACESA para ampliar sua capacidade de mobilização de recursos**, com aportes específicos para essa finalidade, pois a ACESA terá muitas dificuldades para continuar sua atuação caso esse apoio seja encerrado ou diminuído. A avaliação identifica que é esse o momento para ampliar esse apoio, pois **há uma crescente visibilidade e reconhecimento da ACESA enquanto ator social**, cujo trabalho pode ter desdobramentos efetivos para avançar em pontos como a prestação de contas, a partir de um sistema de monitoramento e avaliação mais robusto, que possa alimentar processos de sistematização que comprovem cada vez mais os efeitos gerados a partir do apoio da Misereor.

Para isto, faz-se necessário ter uma equipe com melhores condições de trabalho e com maiores condições para dedicarem tempo para essas funções específicas, notadamente a mobilização de recursos, os processos de PMA e a comunicação institucional

Quanto à **comunicação como estratégia de fortalecimento da sustentabilidade**, ressalta-se **o esforço da ACESA para comunicar as suas ações e resultados**, tendo o cuidado de dá visibilidade a todos os parceiros, que estão articulados em torno de seu projeto político. Mesmo sem ter um profissional dedicado para essa finalidade, a ACESA conseguiu elaborar um plano de comunicação, contemplando objetivos e ações, que vem sendo implementado a partir das condições materiais existentes, com atualização sistemática das mídias institucionais, com a produção de diversos materiais de comunicação para suas campanhas e para aprimoramento da apresentação dos produtos comercializados pelas famílias, a partir da marca “Girau do Mearim”, que tem um espaço específico no seu site.

Se a ACESA **tiver condições de contratar um/a profissional ou uma agência popular de comunicação**, este trabalho de visibilidade e prestação de contas irá impulsionar a mobilização de recursos, aumentar sua sustentabilidade política e financeira e avançar na sistematização e produção de conhecimentos, pois a **ACESA tem um acúmulo que ainda não é compatível com o nível de elaboração e produção de conhecimentos**. Isso também pode ser potencializado através de parceria com a UFMA e outras organizações.

A contratação de novos profissionais ou de novos serviços só será viabilizado a partir da efetivação das metas de mobilização de recursos, que pode **inclusive viabilizar minimamente um política de cargos e salários e de valorização profissional**, pois os recursos atualmente disponíveis não conseguem projetar tal possibilidade, correndo-se o risco da perda de profissionais, pois os salários são abaixo da capacidades dos profissionais que compõem a equipe e da oferta similares no mercado de trabalho. Sem essa política, não há condições de estabelecer mecanismos sistemáticos de avaliação de desempenho, pois os limites de valorização (salários e outros benefícios) não dão essa condição.

Outra lacuna a ser encarada **é a não existência de política de proteção para as crianças e adolescentes**, pois isso uma demanda para organizações que executam projetos com esse segmento geracional. Isso inclusive pode dificultar o acesso a editais e parcerias que colocam a existência dessa política como condição para propiciar apoios.

A aquisição da sede também pode ser considerada uma fortaleza. Nesse sentido, a experiência de mobilização para sua aquisição da sede foram e tem sido com pertencimento de sua base, através de um mix de estratégias de captação. Pode-se potencializar essa experiência e essa mobilização para **constituir o Fundo de Reserva Institucional**.

5. Conclusões Gerais e Recomendações

A partir da apresentação dos resultados e da análise dos dados minuciosamente descritos no capítulo 4 desse relatório, a seguir apresentação das principais conclusões e em seguida, as recomendações que foram organizadas em função dos 5 critérios estabelecidos para tal avaliação.

5.1 Principais conclusões

11. A ACESA é **muito criteriosa na escolha dos sujeitos e comunidades que são beneficiárias de sua intervenção** e realmente são aqueles que estão numa situação que necessitam serem contemplados com as ações dos projetos. E que as **abordagens adotadas** na execução dos projetos **foram adequadas** para contribuir para a melhoria das condições de vida desses grupos priorizados.
12. Também é acertada a **priorização das juventudes e das mulheres**, pois a prioridade nas juventudes é na perspectiva de garantir o futuro da agricultura familiar e camponesa; e a prioridade nas mulheres é na perspectiva de enfrentar as desigualdades de gênero, porque há uma crescente compreensão que as mulheres precisam ocupar mais e melhor todos os espaços que lhe são negados.
13. No tocante aos **efeitos gerados**, pode-se afirmar que as estratégias utilizadas pela ACESA contribuem diretamente para **o fortalecimento dos sujeito de direitos**, no tocante a uma maior conscientização sobre os direitos e uma maior capacidade de organização para reivindicar esses direitos, especialmente apoio via *à organização das mulheres, à organização comunitária, à elaboração e gestão de projetos comunitários, à organização das juventudes e à organização de crianças e adolescentes.*
14. Percebe-se que a partir desse apoio, as mulheres estão gradativamente ampliando seus direitos e seu horizontes, a partir do acesso a novos conhecimentos e novos aprendizados. Cabe ressaltar todo o investimento que o ACESA tem feito para abordar um aspecto relevante, que é **o enfrentamento à violência praticado às mulheres**, que se constitui num grande desafio no mundo rural.
15. Também se constata **uma crescente mobilização e investimento nas juventudes** para que esse importante segmento geracional se consolide enquanto sujeito, a partir do empoderamento social e econômico. Nota-se que esse investimento se expressa no crescente entendimento que os/as jovens precisam passar por processos de formação, para que assim reconheçam e reivindiquem seus direitos nos aspectos sociais, políticos, mesmo que o aumento da participação de adolescentes e jovens ainda não se revele num aumento de poder de deliberação nos espaços que eles/as ocupam. Outro investimento importante relacionado às juventudes, é no **direito à educação, que sofreu muito no contexto da pandemia**, quando se revelou de forma explícita e gritante, que o **acesso às tecnologia digitais, uso de equipamentos digitais é muito precário para os/as jovens e todas as populações**, comprovando como as comunidade são muito carentes de informações.
16. Também se percebe que **as crianças estão mais empoderadas e valorizando o trabalho de educação ambiental**, atuando como agentes de mudanças, inclusive perante às pessoas adultas das suas famílias. Porém tem-se uma lacuna relacionada ao enfrentamento a exclusão social de crianças e adolescentes **com deficiência**.
17. Observa-se que há uma lacuna na mobilização dos/as adolescentes, o que se leva a constatar que a **falta de uma estratégia específica para trabalhar com esse público**, fragiliza a intenção da ACESA em ter mais jovens atuando no campo, com oportunidades para não migrarem quando atingirem a maioridade.

18. Outra lacuna importante, diz respeito às **comunidades quilombolas**, que apesar de ter um número significativo no território de sua atuação, a ACESA atualmente tem apenas uma comunidade quilombola no seu acompanhamento. Caso a ACESA queira contemplar **a dimensão da igualdade racial no seu trabalho**, necessita ampliar esse número de comunidades quilombolas atendidas.
19. Há quase uma unanimidade que as pessoas beneficiadas pela ACESA **estão se alimentando melhor**. Isso representa um efeito gerado a partir de um **maior e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis** nas propriedades e nas comunidades. Que isso também se revela em **saúde melhorada**, a partir do **consumo de alimentos naturais e saudáveis**; a **diminuição do uso de veneno na plantação** e o aumento do **uso de remédios de plantas medicinais** para prevenção e cura de doenças.
20. As **melhorias no campo econômico** estão se consolidando. Constata-se que **quase 92% das famílias afirmaram que tiveram sua renda melhorada**. Essa **melhoria da renda vem gerando benefícios** para as famílias e avançando no empoderamento econômico das mulheres, a partir de atividades individuais e coletivas de produção agroecológica, produção artesanal, beneficiamento e comercialização solidária.
21. A ACESA **tem resultados robustos no ponto de vista da sustentabilidade ambiental**, tornando uma organização de referência no campo da agroecologia, não só do Maranhão, como para a Amazônia e do Nordeste do país. Dentre os destaques que ilustram essa eficácia, pode-se citar a **retomada da implantação dos Sistemas Agroflorestais**, dimensão que vinha perdendo força na estratégica agroecológica da ACESA. E com a melhoria nas condições de vida dos/as associados/as, a organização fica mais sustentável financeiramente, pois as famílias poderão tocar sua vida com mais autonomia, participar mais com doações de produtos e trabalhos nas ações de formação e na gestão da organização. **A avaliação externa afirma que maioria das famílias que hoje estão na base de atuação da ACESA não irão retroceder a uma condição anterior**, mesmo que a organização não tenha mais condições de continuar apoiando as mesmas da forma como hoje apoia.
22. No tocante à **Ação em Rede**, reconhece-se o importante papel e contribuição da ACESA para a RAMA e para a ANA Amazônia. **Pode-se avaliar que sem a participação da ACESA, a RAMA dificilmente estaria no nível de reconhecimento público que já alcançou**, tanto no nível do Médio Mearim, como no âmbito estadual.
23. Quando se investiga as conquistas em termos de políticas públicas partir dessa ação em rede e da incidência política da ACESA, **quase 70% das pessoas perceberam melhoria das políticas públicas** a partir da ação da ACESA, especialmente em relação do acesso mais amplo das famílias ao PRONAF, PAA, PNAE e PGPM-Bio), mesmo num cenário desfavorável de desmonte das políticas e programas governamentais para aquisição/comercialização de produtos da agricultura familiar.
24. **Há um crescente aprimoramento no processo de planejamento estratégico da ACESA**, que é elaborado de forma participativa, bem como identifica-se um esforço significativo para elaboração e aprovação de novos projetos a partir desse planejamento, que vem rebatendo no aumento da sustentabilidade institucional. Para o ciclo do atual projeto que se encerra, os indicadores **foram aprimorados e adequados para mensurar e monitorar** os objetivos. Porém, constata-se que a ACESA não dispõe de um sistema de monitoramento e avaliação e que o **projeto ainda não dispôs de indicadores para medir a gestão administrativa**, nem de meios de verificação adequados, nem atividades específicas para monitoramento> Também se constata a **ausência de políticas voltadas a mobilização de recursos e de fortalecimento das capacidades da equipe técnica**.
25. **Mesmo assim, a equipe que executa o projeto de Misereor é muito bem avaliada por todos os parceiros e pela auditoria externa**, em termos de compromisso,

eficiência e competência técnica, e que do ponto de vista financeira, a relação custo-benefício é bem favorável, pois as remunerações salariais líquidas são abaixo do mercado de trabalho, considerando o perfil e qualidade da equipe.

26. A ACESA preza pelo **compartilhar dos conhecimentos e das expertises**, tanto no campo da ação política programática, bem como no campo do desenvolvimento institucional. Consta que a ACESA, mesmo sem ter um/a profissional de comunicação em sua equipe, **divulga bem o que faz**, em especial os conteúdos que são trabalhados e priorizados
27. Durante a implementação dos dois últimos projetos, houve mudanças expressiva na governança da ACESA, em especial na sua coordenação, direção e conselho fiscal, **buscando sistematicamente aprimorar e ampliar suas condições técnicas, materiais e financeiras** para poder continuar beneficiando sua base, e assim fortalecer sua capacidade em gerar efeitos duradouros para as famílias, para as organizações de base, suas parceiras e para a sociedade como um todo.

Por fim, pode-se afirmar a ACESA vem **dando conta de enfrentar a situação problema descrita** no projeto avaliado, mas que o investimento realizado **ainda é insuficiente e desafiador**, quando se constata a situação de empobrecimento recente da população brasileira e o retorno do país ao Mapa da Fome, com aumento da insegurança alimentar e nutricional, condição que foi muito **agravada com a pandemia da Covid-19**.

5.2 Recomendações

5.2.1 Relacionadas a Relevância:

- n) Que a ACESA aprofunde sua estratégia de escolha das famílias a serem contempladas nos projetos, recomendando-se que se possa escolher algumas famílias que sejam mais desafiadoras do ponto de visto do apoio que necessitam para a transição agroecológica. Isso poderá gerar aprendizados para aprimorar a sensibilização de novas famílias, inclusive a partir da continuidade das campanhas em curso.
- o) Que a ACESA avance na estratégia de fortalecimento das organizações e sujeitos que estão na base e nas instâncias de gestão da instituição, aprofundando o debate sobre o perfil identitário para crescer e alçar voos mais amplos e tornar-se uma organização mais de assessoria, gerando condições para que essas organizações possam assumir cada vez mais o papel que a ACESA atualmente desempenha, nas comunidades, com as mulheres e com os/as jovens.
- p) Que a ACESA aprimore sua abordagem no trabalho com clubinhos, desenvolvendo estratégia específica para a mobilização dos/as adolescente, a partir de um diálogo entre as educadoras dos clubinhos e as gestões pedagógicas das EFA's, pois o caminho principal a ser trilhado é a promoção de uma educação contextualizada e de qualidade.
- q) Que a partir dos projetos da Misereor e outras oportunidades, a ACESA resgate seu papel de referência em Sistemas Agroflorestais (SAF's), sistema agroecológico tão importante para o enfrentamento dos impactos ambientais negativos causados pelo desmatamento ocasionados pelas diversas frentes do agronegócio.
- r) Que a ACESA amplie o fomento de metodologias para promoção dos direitos das mulheres, em relação ao enfrentamento das violências, bem como para efetivação da divisão justa do trabalho doméstico, inclusive com no tocante o envolvimento e participação dos homens
- s) Que a ACESA, caso queira aprofundar a dimensão racial, necessita ampliar o número de comunidades quilombolas atendidas, bem como construir estratégia para trabalhar a dimensão racial a partir dessas comunidades e para população negra que estão nas demais comunidades. Essa abordagem tem ganhado importância para cooperação para o desenvolvimento, a partir de um agenda defendidas pela mulheres negras. A ACESA poderá revisar seu Estatuto para se habilitar o acesso de editais que fazem essa

- exigência. Recomenda-se que Misereor aporte apoios para essa iniciativa, inclusive através de intercâmbios ou eventos que fomentem reflexões nessa perspectiva.
- t) Que ACESA avaliar o potencial de ampliar o trabalho com grupos do entorno das cidades e assim fortalecer parcerias com as organizações que atuam pela reforma agrária. A parceria com a LEdoC pode ser fortalecida para fomentar a agricultura urbana, a partir de projetos específicos para essa finalidade. Essa recomendação pode ser potencializada em ação conjunta com outras organizações da RAMA.
 - u) Que a Misereor apoie a ACESA a elaborar um estudo de impacto sobre a atuação das organizações da RAMA no Mearim, no sentido de desenvolver estratégias de visibilidade do trabalho realizado. Pode-se adotar a metodologia Lumem, desenvolvida pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).
 - v) Que a Misereor viabilize a sistematização e divulgação ampla da abordagem desenvolvida pela ACESA na implementação dos projetos apoiados pela Misereor, que foi tão valorizada por todas as pessoas que contribuíram com essa a avaliação.

5.1 Relacionadas à Eficácia

- 2.1 Que a ACESA possa aprimorar o seu sistema de monitoramento a avaliação, a partir da construção de uma linha de base, a partir do PEP, definindo instrumentos e atividades que deem conta dessa perspectiva. Sugere-se uma matriz de indicadores, com meios de verificação e que a linha de base contenha metas intermediárias.
- 2.2 Que a ACESA construa indicadores de gestão, inclusive no âmbito do PEP, juntamente com investimentos na estrutura da gestão administrativa e financeira, incluindo reforço de pessoal para finalidade. Também se faz necessário na execução do PEP, haja equilíbrio no envolvimento da parte administrativa financeira nas atividades de missão.
- 2.3 Que a ACESA fortaleça e diversifique a participação e envolvimento das juventudes nos processos de gestão institucional, potencializando a experiência de sua inserção nos projetos para as chamadas públicas do PNAE.
- 2.4 Que a ACESA amplie os canais de comunicação institucional, como programas de rádio, que poderá ser um canal para mobilização recursos para atender as famílias mais necessitadas. Sugere-se trocar experiências com organizações que já tem experiência nesse campo, como o Caatinga - Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não-Governamentais Alternativas e Centro das Mulheres do Cabo (CMC).

5.2 Relacionadas à Eficiência

- 3.1 Apesar do investimento já realizado, continua a necessidade de fortalecimento da direção e do conselho fiscal enquanto instâncias de gestão e controle. Nesse sentido, recomenda-se que a ACESA inclua nos seus projetos e nos seus planos de trabalho, atividades para fortalecimento das capacidades dessa duas instâncias para essa finalidade e assim fortalecer o caráter de horizontalidade da organização, que tem sido outra marca histórica da organização. Também se recomenda que a Misereor amplie as ofertas de treinamentos e capacitações para essa finalidade.
- 3.2 Para qualificar essa atuação da direção, recomenda-se que a ACESA articule e mobilize condições de apoiar (com ajuda de custo) seus membros, pelo menos com diárias compatíveis para liberarem os/as mesmos/as para atividades institucionais.
- 3.3 A ACESA tem um grande potencial para influenciar as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. Esse potencial ainda não está totalmente utilizado e por isso se recomenda que a ACESA fortaleça seu papel enquanto instituição e enquanto coordenação da RAMA para utilizar esse potencial na incidência nos espaços de gestão dessa políticas, nos âmbitos executivo e legislativo.

5.4 Relacionadas aos Efeitos

*Para a **promoção dos direitos dos sujeitos prioritários**, tem-se como recomendações:*

- 4.1 A partir da crescente ampliação do debate estratégico da dimensão dos **direitos das pessoas com deficiência**, inclusive no âmbito das crianças e adolescentes e do direito à educação, recomenda-se que a ACESA possa realizar um debate interno para avaliar a pertinência e possibilidade de inserir essa dimensão, tanto nas atividades dos clubinhos, como na educação contextualizada, a partir das EFA's de sua atuação.
- 4.2 Em relação ao **enfrentamento às violências às mulheres rurais**, especialmente a partir da Campanha "Com violência doméstica não há agroecologia", verifica-se que as primeiras iniciativas abriram "a caixa de Pandora" para esse tema. A partir disto, recomenda-se uma reflexão para desenvolver estratégias de enfrentamento desse grande desafio. Recomenda-se investir na rede de solidariedade, nos já pensados protocolos de cuidados acerca do enfrentamento da violência contra as mulheres, de forma articulada com enfrentamento ao racismo. Nesse sentido, também se recomenda investir na inserção desse tema nos processos de educação trabalhados pela ACESA.

*No âmbito do **empoderamento econômico**, para enfrentar a ausência de instrumentos para uma melhor mensuração dos efeitos nessa campo:*

- 4.3 Recomenda-se que a ACESA, juntamente com parceiros interessados e com apoio da Misereor, aprimore a construção e implementação de meios de verificação elaborados especificamente para essa finalidade, fortalecendo assim o monitoramento, avaliação e sistematização dos efeitos de natureza econômica.
- 4.4 Que a ACESA fortaleça o Circuito de Feiras Agroecológicas, expandido essa ação para um número maior de municípios, estabelecendo parceiras com organizações que possam assumir efetivamente essa liderança, como os sindicatos, associações e que se pense estruturas de gestão específicas para essa finalidade.
- 4.5 Que a ACESA possa ampliar sua ação no âmbito da cadeia do babaçu, com fortalecimento dos grupos de mulheres, com investimentos para o beneficiamento e comercialização da produção, a partir de um empreendimento mais estruturado, como a fundação de uma cooperativa para esta finalidade.

No tocante a **disputa de narrativas e paradigmas**:

- 4.6 Recomenda-se que a ACESA aprofunde o seu papel na disputa de narrativas no âmbito do Território do Mearim, onde há a predominância da pecuária, que é pasto e boi. O trabalho da ACESA tem sido muito importante para a quebra da lógica do que se tem reproduzido na cabeça das pessoas, ou seja, a partir das experiências, das unidades produtivas agroecológicas, mas se constata que **ainda é tímida a sistematização dessas experiências** para uma disputa mais propositiva e mais enfática, que demonstre a agroecologia como caminho mais viável para reprodução da agricultura familiar na região. A ACESA pode potencializar as campanhas e outras estratégias de visibilidade para a defesa do paradigma agroecológico, valorizando as estratégias de concretização do conceito da transição agroecológica, que se concretiza a partir da prática.
- 4.7 **Sobre a produção de construção de conhecimento**, como ainda não foi realizada nenhuma ação efetiva de pesquisa e sistematização de conteúdos de interesse comuns da ACESA e a LEdoC no âmbito da produção agroecológica e da abordagem educativa desenvolvida e implementada pela ACESA. Assim, recomenda-se que seja efetivada a sistematização de experiências com o aporte da Universidade, no sentido de produzir pelo menos uma sistematização por ano, a partir dos interesses recíprocos.

*No âmbito da **ação em rede** para fortalecimento de parcerias e para incidência política:*

- 4.8 Apesar do reconhecimento que vivemos um contexto de desmobilização dos espaços de representação política, recomenda-se que a ACESA invista para que representação política nesse âmbito possa ser ampliada, nos municípios, especialmente, a partir dos

Conselhos da Alimentação Escolar (CAE), Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho do Meio Ambiente, Conselho de Desenvolvimento Rural, Conselho das Juventudes e Conselho de Políticas para as Mulheres.

- 4.9 Em relação ao **diálogo e conscientização mais ampla da sociedade**, a partir das campanhas, recomenda-se que os materiais produzidos para incidência, comunicação e publicidade se alie aos ODS e outras estratégias estabelecidas na Agenda 2030, tanto para valorizar as campanhas em curso, bem como facilitar o estreitamento de parcerias com outras organizações, inclusive no campo da cooperação e apoio financeiro para a realização do plano estratégico da ACESA.
- 4.10 Recomenda-se uma ação em parceria mais estratégica com o MIQCB, no campo da promoção dos direitos das mulheres e nas lutas de defesa dos territórios, a partir da luta em defesa dos territórios, da atualização das Lei de Terras do Maranhão (Lei 5.315/1991), e das Leis de Acesso ao Babaçu Livre. Recomenda-se que ACESA reforce seu papel de articulador, a partir da RAMA e de forma articulada com a FETAEMA - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão, tanto na análise e aprimoramento das proposições que estão em tramitação.

5.3 Relacionadas à Sustentabilidade

- 5.1 Mesmo com todas as iniciativas desenvolvidas para a mobilização de recursos **pode-se afirmar que a ACESA ainda depende muito do apoio financeiro da Misereor**, mesmo depois de várias décadas de apoios já realizados, o que se constitui como um risco para a sustentabilidade. Nesse sentido, faz-se necessário que o diálogo de continuidade parceria seja aprofundada e que a Misereor fortaleça a capacidade de mobilização de recursos da ACESA, com aportes específicos para essa finalidade, pois a ACESA terá dificuldades para continuar sua atuação caso esse apoio seja encerrado ou diminuído.
- 5.2 Que a ACESA elabore política ou diretrizes para a mobilização de recursos de forma articulada, com a atualização da política de comunicação para fortalecer o crescente movimento de visibilidade. Assim, gerar condições para fortalecer o beneficiamento, a apicultura, a produção artesanal, que estão “represados” por falta de recursos.
- 5.3 Que a ACESA continue e fortaleça sua trajetória de articuladora, mobilizadora da ação em rede, via a RAMA, com rebatimento na construção de projetos em consórcios e de fortalecimento de parcerias para atuação em âmbito estadual.
- 5.4 Como o tamanho da equipe é um gargalo diante das crescentes demandas, recomenda-se investir numa melhor e maior estruturação da equipe, em especial no campo da gestão financeira e administrativa, implantando uma qualificação permanente da equipe técnica em suas áreas específicas e se for viável, a partir da aprovação de novos projetos, elaborar uma política de cargos e salários e de valorização dos recursos humanos, de forma articulada com processos de avaliação individual de desempenho, a partir de planos de trabalhos anuais.
- 5.5 Atualizar política de comunicação, para potencializar as iniciativas em curso, mas também para colaborar com a sistematização e produção de conhecimento, fortalecer essa narrativa de defesa do paradigma da agroecologia, dos sujeitos de direitos priorizados e para evidenciar e dar maior visibilidade resultados, inclusive do ponto de vistas econômicos. Essa política será mais ou menos efetiva, se a ACESA conseguir contratar um/a profissional ou uma agência popular de comunicação, para o trabalho de visibilidade e de prestação de contas, que pode impulsionar em as estratégias de mobilização de recursos e aumento da sustentabilidade política e financeira. Também se recomenda estreitar parcerias com universidades e institutos federais para realizar projetos de extensão de comunicação popular.
- 5.6 Para fortalecer a perspectiva dos direitos das crianças e adolescentes, realizar um debate interno sobre a pertinência de elaborar uma política de proteção para as crianças e adolescentes, e assim cumprir esse requisito obrigatório para estabelecimento de algumas parcerias, inclusive para acessar o fundos de promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

5.7 Potencializar a experiência de mobilização de recursos utilizadas para a aquisição da sede enquanto uma fortaleza institucional e assim replicar as iniciativas exitosas que foram utilizadas para a constituição de um Fundo de Reserva Institucional.

Anexos

Como os anexos desse processo avaliativo contempla representa um vasto número de documentos, tabelas, gráficos e informações, optou-se que ele será apresentado num documento à parte, que apresenta todos os anexos de forma consolidada num formato de arquivo. Para facilitar a sua consulta, a seguir, estão relacionados todos esses anexos.

Anexo 1 – Termos de Referência (TdR) para Avaliação Externa.

Anexo 2 - Teoria de Mudança dos Projetos a Serem Avaliados.

Anexo 3 – Lista de Documentos Consultados.

Anexo 4 – Lista de Participantes do Processo de Avaliação.

Anexo 5 – Questionário Aplicado.

Anexo 6 - Roteiro para os Vídeos.

Anexo 7 - Plano para Implementação das Recomendações.

Anexo 8 - Levantamento dos Produtos Agroecológicos da RAMA para Compor as Cestas da SAF⁹

Anexo 9 - Projetos Elaborados na ACESA no período de 2015 a 2020

Anexo 10 - Alcance das Metas dos Projetos Avaliados.

Anexo 11 – Gráficos da Enquete Realizada (questionários aplicados)

Anexo 12 – Fotografias e Outras Figuras

⁹ SAF - Secretaria de Estado da Agricultura Familiar